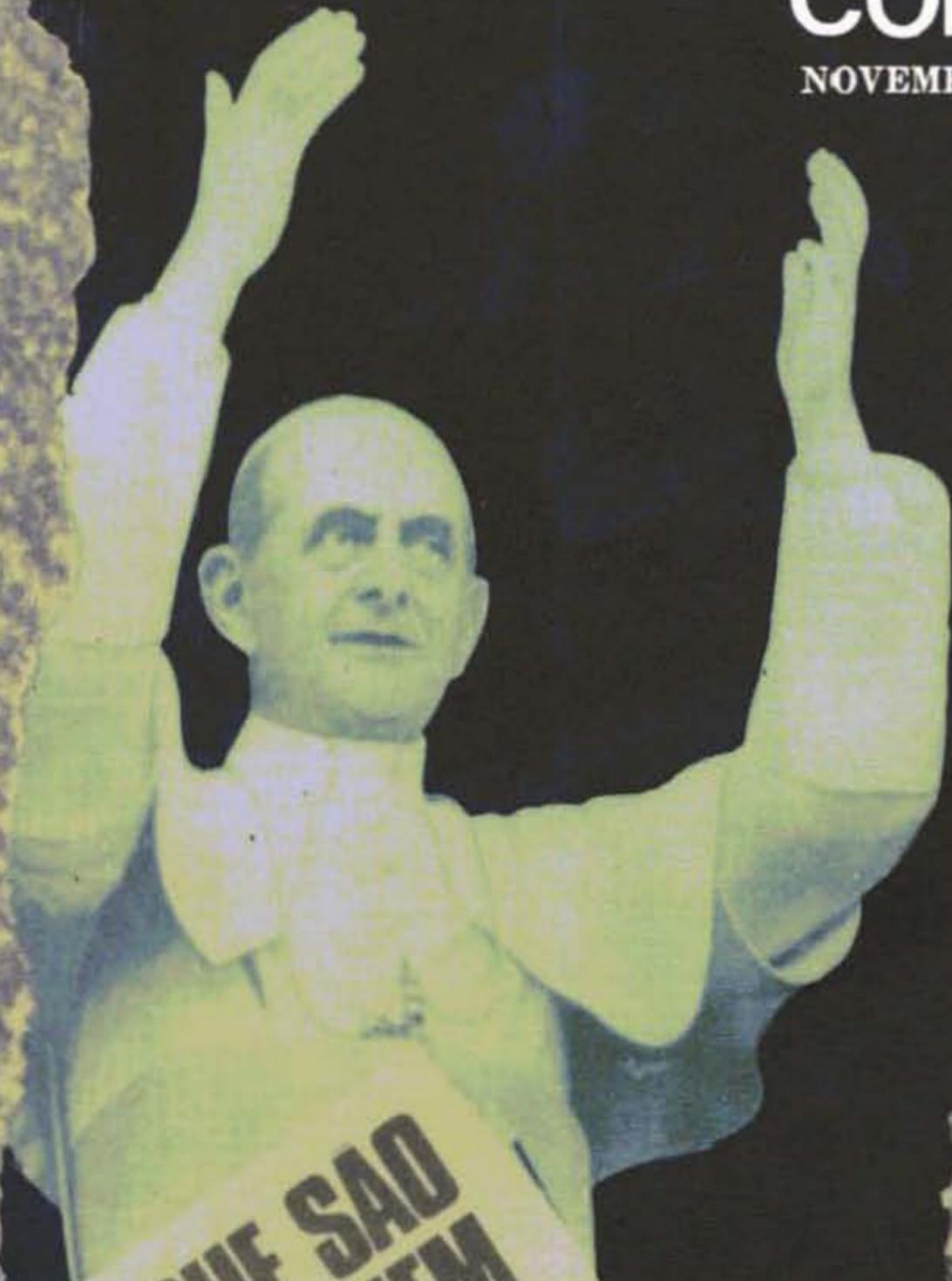


# CONVERGÊNCIA

NOVEMBRO - 1969 - ANO II Nº 19



**OS QUE SAO  
CONTRA SE DIZEM  
SOLIDARIOS**

**OS QUE SAO A  
FAVOR SE DIZEM  
FRATERNAIS**



Bispos e cardeais liberais e conservadores discutem no Vaticano os limites da autoridade do papa, ao mesmo tempo contestada por sacerdotes. Paulo VI corre perigo?

**SINODO:  
BISPOS O  
AUTOR**



## EDITORIAL

O presente número de **CONVERGÊNCIA** foi preparado na vigília do Primeiro *Sínodo Extraordinário*. Quis esboçar uma perspectiva do grande acontecimento, cujos resultados práticos hão de influir no futuro da comunidade cristã. Por isso, foi buscar, na rica experiência de um Arcebispo engajado na coordenação da pastoral latino-americana (Dom Avelar Brandão), bem como na reflexão de dois teólogos pastoralistas (Frei Lepargneur e Padre José Sotero Caio), o ponto de concentração das aspirações, inquietudes e esperanças de todo o Povo com relação ao Sínodo.

Etimologicamente, *sínodo* quer dizer um caminhar juntos em direção a determinadas metas. Não são apenas os Padres sinodais que empreendem essa caminhada. Todos os fiéis, do Santo Padre ao último dos batizados, constituem aquela Igreja, una e santa, ca-

tólica e apostólica, assim descrita por São Jerônimo: "A Igreja de Cristo outra coisa não é senão as almas daqueles que crêem em Cristo", e de modo ainda mais lapidar: "A Igreja é o nós cristãos".

O Vaticano II, ao sopro do Espírito Criador, redescobriu os valores da Igreja enquanto *Comunhão*. Estavam um pouco desaparecidos sob as pesadas estruturas jurídicas do passado. O Vaticano II, porém, foi apenas um momento de graça conscientizada (*kairós*) no processo dinâmico progressivo e sempre atuante, da redenção do mundo e da própria Igreja pelo Senhor ressuscitado. Pouco valeria o Concílio, se o movimento por ele desencadeado não fôsse continuamente retomado, adaptado, purificado e continuado. O Primeiro Sínodo Extraordinário insere-se nesta linha renovadora. É um "*sínodo para a comunhão*".

As opções práticas e pastorais a serem tomadas vão depender da concepção teológica de Igreja dos Padres sinodais. O perigo está na tentação de fechamento da Igreja sobre si mesma, em franca contradição com a consciência profunda, que ela tem, de ser *koinonia*, fermento na massa, família

dos filhos de Deus a caminho do Reino.

Nesses últimos tempos, a opinião pública tem sido trabalhada, talvez com malévolas intenções, no sentido de exasperar a tensão existente, dentro da Igreja, entre Roma e as comunidades locais. O importante, todavia, é olhar para essa crise através do ângulo bíblico do *diálogo pastoral*. Então, sim, descobriremos uma tensão realmente criadora. Os sucessores dos Apóstolos e o Sucessor de Pedro buscarão juntos os objetivos e programas da única ação eclesial, em clima libertador de confronto sincero de idéias e de convergência na fé e na caridade, dotando a Igreja com as estruturas pastorais de que necessita para que "todos sejam UM no Pai e no Filho, a fim de que o mundo creia em Cristo" (cf. Jo 17,21).

No momento atual da História da Igreja, não nos pede o Senhor, nem críticas destrutivas, nem elogios rasgados ao seu Vigário na terra; mas pede-nos a obediência da comunhão, a serenidade da fé, o compromisso da co-responsabilidade, a quota misteriosa de sofrimentos redentores "em benefício do seu corpo, que é a Igreja" (cf. Col 1,24). Pede-nos, sobretudo, uma esperança indefectível. Seja qual fôr o êxito palpável do Primeiro Sínodo Extraordinário, nêle o Espírito terá agido, reforçando o "nós cristãos" e tornando essa comunhão um sinal do Reino de Deus para os homens que hoje vivem, sentem como nós ou diferentemente de nós.

# A IGREJA É O NÓS CRISTÃOS

# O SÍNODO



DOM AVELAR BRANDÃO VILELA



Entrevista de CONVERGÊNCIA com Dom Avelar Brandão Vilela, Presidente da Conferência Episcopal Latino-Americana e Arcebispo de Teresina, sôbre as experiências latino-americanas com relação ao Sínodo Episcopal dêste ano.

**1** Dom Avelar, uma vez que o Sr. como representante do Episcopado Latino-Americano tomou parte ativa na preparação do Sínodo Romano dos Bispos, será que poderia nos dizer algo a respeito desta preparação?

● Efetivamente, fui um dos integrantes da Comissão encarregada de preparar o esquema de estudos do presente Sínodo Romano convocado por Paulo VI. A Comissão estava integrada pelas seguintes pessoas: Cardeal Confaloniere, Presidente, Cardeal Villot, Cardeal Doepfner, Cardeal Gracias, Cardeal Zoungrana, Cardeal John Francis Dearden e eu. Como Secretário Geral, fazia parte da Comissão o Monsenhor Ladislau Rubin.

Dêsse modo, uma vez designados, tivemos que seguir para Roma. Um encontro inicial preparou os elementos para a constituição do esquema já então aceito. O tema central do Sínodo, como é sabido, é a relação das Conferências Episcopais Nacionais com a Santa Sé, e das Conferências Episcopais Nacionais entre si. A partir disso, o trabalho obedeceu ao critério da maior participação. O Secre-

# ANTES



## REPORTAGENS

tariado Geral enviou o tema às Conferências Episcopais do mundo inteiro, pedindo sugestões. Estas, chegadas a Roma, foram elencadas e entregues a cada um dos membros da Comissão. Em posse desses primeiros elementos, estudamos o assunto e demos nossa opinião. O resultado das nossas opiniões foi condensado num opúsculo que se constituiu no esquema oficial, instrumento de trabalho para o Sínodo. O último Sínodo, de 1967, havia seguido, mais ou menos, o critério do Concílio — todos os que desejavam, inscreviam-se para falar dez minutos e depois viam-se os resultados dessas intervenções. Para o Sínodo deste ano, porém, sugerimos no encontro preparatório uma pequena modificação.

Inicialmente, haverá três exposições sobre os três pontos básicos em que o tema central se desdobra (uma introdução teológica lançando o assunto, o tema sobre as relações com a Santa Sé, o Santo Padre como tal e a Cúria Romana, e o tema sobre as relações das Conferências Episcopais entre si). Feitas as exposições, todo o plenário se dividirá em círculos de estudo levando-se em conta quanto possível a comunhão de línguas. Daí, o trabalho realizado nesses círculos será levado ao plenário por um relator escolhido pela própria Comissão. O plenário, então, tomará conhecimento de todos os resultados nascidos nos círculos de estudo e escutará as intervenções e as sugestões. Esperamos que tudo isso possa conferir ao Sínodo um sentido vivencial muito mais profundo, um sentido de integração, de participação muito maior.

Para completar estas primeiras informações, acrescentamos que o esquema elaborado pela Comissão já foi enviado a todas as Conferências Episcopais Nacionais. Estas prepararão o material a ser entregue ao representante de cada Conferência que no caso, conforme o regulamento do Sínodo, é o Presidente mesmo de cada Conferência. Eis

por que a Conferência nossa, do Brasil, recebendo o esquema, já fez alguns estudos sobre a matéria ali contida.

**2** Dom Avelar, nós estamos vendo que a mão brasileira esteve na preparação deste Sínodo pois que o esquema é bem brasileiro. Mas agora desejaríamos saber o seguinte: dentro do temário proposto para o Sínodo, quais os assuntos mais relacionados com a nossa realidade sul-americana, com a Igreja aqui em nosso continente?

• Como é fácil de se prever, o Sínodo deve ter sobretudo uma dimensão universal. Ele não poderia focalizar pura e simplesmente o aspecto de uma realidade continental. Entretanto, colocado dentro de uma perspectiva de Igreja universal ele deve receber a contribuição de todos os que representam as Igrejas locais de todas as partes do mundo; deve falar uma linguagem que reflita os anseios e as preocupações pastorais da Igreja do mundo inteiro. Dêsse modo, embora não se possa esperar do Sínodo uma linguagem especialmente dirigida à América do Sul, dêle se deverá esperar que atinja também a América do Sul, uma vez que estamos representados dentro do corpo episcopal que o irá constituir. Temos que levar para lá as nossas preocupações. Tudo deverá se refletir dentro do Sínodo. E o Sínodo deverá empreender a busca de soluções para os nossos problemas.

**3** Nós soubemos que os senhores bispos do Brasil vão apresentar um trabalho para reflexão sinodal de Roma...

• Efetivamente, de acordo mesmo com o que está projetado, a Conferência do Brasil (uma das maiores do mundo) não poderia ficar indiferente nesta fase preparatória do Sínodo. Por isso é que já em São Paulo

---

**Colocado dentro de uma perspectiva de Igreja universal, o Sínodo deverá receber a contribuição de todos os que representam as Igrejas locais de tôdas as partes.**



o assunto foi objeto de debates e se constituiu uma comissão de bispos altamente representativa para estudar o assunto. Como não foi possível a aprovação do texto em São Paulo, dada a escassez de tempo, retomamos o assunto aqui no Rio de Janeiro onde ora nos encontramos reunidos em comissão central. O texto que vai ser aprovado será o mesmo que saiu de São Paulo, naturalmente com algumas emendas. Ele tem uma introdução que poderia ser classificada de justificativas teológico-pastorais. Depois, ele apresenta algumas propostas muito concretas e faz algumas observações e emendas ao texto básico enviado pelo Secretariado Geral do Sínodo para tôdas as Conferências do mundo. Assim se desdobra o trabalho feito pela Conferência Episcopal Brasileira. Na introdução o problema é encarado sob dois aspectos. Em primeiro lugar, é o aspecto teológico dêsse relacionamento do Santo Padre com os Conferências Episcopais e das Conferências Episcopais com o Santo Padre. Define-se bem o que significa o Primado, depois o Colégio Episcopal e aí se coloca com muita clareza o que o Episcopado Brasileiro pensa sôbre o assunto do ponto de vista teológico. Em segundo lugar, há uma configuração pastoral a que se pretende dar relêvo. Independentemente do aspecto teológico claro, tranqüilo, do ponto de vista da aceitação do nosso Episcopado (queremos estar unidos, reconhecemos Paulo VI como o chefe da nossa Igreja, aquêle que está na coordenação de todos os trabalhos eclesiais e tem uma missão especial dentro da Igreja), nós verificamos que na Igreja de hoje há uma série de problemas conflitivos e dificuldades muito grandes, desde que se desencadeou aquêle processo de reflexão teológico-pastoral que está dominando tôdas as áreas da Igreja em tôdas as partes do mundo. Encontramo-nos, assim, com êste pro-

blema: qual a posição do magistério diante da reflexão teológico-pastoral?

A reflexão teológico-pastoral quer andar demasiadamente na frente. Preocupa-se em interpretar os valores antigos e novos à luz das linhas conciliares. Entretanto, algumas vêzes ultrapassa essas mesmas linhas.

Enquanto isso, a preocupação do magistério é a de dar normas e evitar que haja excesso por parte daqueles que estão refletindo no campo da teologia e da pastoral.

Desconhecer a existência dêsse fato dentro mesmo do coração da Igreja seria ausentar-se da própria realidade de Igreja dentro da qual nos encontramos. Por conseguinte, embora teologicamente as coisas estejam muito claras e bem definidas, do ponto de vista pastoral nós temos que estudar o meio de aproximar mais e mais do magistério eclesiástico todo aquêle corpo de teólogos e pastoralistas que estão vivendo os problemas da Igreja de hoje. Só assim evitaremos as linhas paralelas ou as linhas subterrâneas e caminharemos para um esforço de integração eclesial que exige de uns e de outros alta compreensão, grande espírito de caridade e uma noção autêntica do sentido profundo de Igreja.

**4** A propósito do que o Sr. acabou de falar, lembremo-nos do encontro de Medellín, no ano passado. Medellín significou uma grande opção da Igreja na América Latina — seu compromisso solene de atuar no processo de desenvolvimento do nosso continente. Qual seria, pois, a repercussão dêsse acontecimento Medellín na política de Roma com relação à América Latina? Ou melhor, acredita o Sr. que os documentos e o espírito de Medellín teriam influência decisiva nas deliberações do próximo Sínodo da Igreja Universal? Será que vamos ouvir, ali, a mesma linguagem de Medellín?

● Realizou-se de fato em Medellín a 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana, e

já estamos a um ano dêste grande acontecimento que marcou efetivamente uma página que consideramos áurea na história da Igreja latino-americana, com repercussão em tôdas as partes do mundo. Basta dizer que os documentos de Medellín estão hoje traduzidos em quase tôdas as principais línguas do mundo. Podemos verificar isto, sempre que viajamos. Encontramos os documentos de Medellín traduzidos em francês, italiano, espanhol, etc. Isto quer dizer que os documentos não interessaram apenas à Igreja na América Latina, mas à Igreja universal. Esta é uma primeira constatação. Quanto a Roma, a repercussão foi realmente boa. Nós tivemos um trabalho sério, um trabalho criterioso, um trabalho de participação de todos aqueles que lá se encontravam, um trabalho no qual sentimos a presença viva do Espírito Santo atuando em cada um e dando a tônica de nossos trabalhos, porque até os observadores não-católicos que lá se encontravam trabalhando conosco nos círculos de estudo, emocionados disseram-me no final dos trabalhos: "Sr. Arcebispo, meus parabéns, porque sentimos a presença do Espírito Santo nesta conferência". Isto foi uma das coisas mais tocantes com que me deparei no desenrolar de todos os dias passados em Medellín. E quando um repórter da França, numa das entrevistas coletivas, perguntou aos observadores não-católicos, que é que eles estavam fazendo ali naquela conferência, uma vez que eram meros observadores, um deles respondeu por todos, do seguinte modo: "Nós fomos convidados como observadores, mas aqui estamos de tal maneira integrados nos trabalhos que também nós podemos dizer: esta é nossa conferência". Por aí se percebe, mais ou menos, o grau de repercussão, em várias áreas, desta Conferência de Medellín. A Santa Sé, por sua vez, recebeu e aprovou os resultados, louvando o esforço de todo o episcopado, dos peritos, sacerdotes, religiosas e leigos, os quais integravam o corpo de assessôres que lá estiveram trabalhando conosco. Quanto a um possível aproveitamento de Medellín para o Sínodo, nós não esperamos muita coisa, exatamente em razão do assunto que no Sínodo vamos tratar. Se por-

ventura a promoção humana, a Igreja de hoje em tôdas as partes do mundo, o papel dessa Igreja no mundo de hoje constituíssem o tema do Sínodo, tenho certeza de que a tônica de Medellín influiria nesses grandes debates. Como, porém, o assunto é mais interno, é assunto de Igreja (o relacionamento entre a Santa Sé e as Conferências, o relacionamento das Conferências entre si), não podemos esperar que Medellín com tôda sua pujança e riqueza de argumentos e de problemas possa ter uma presença tão viva dentro do Sínodo. Isso, embora queiramos dar ao Sínodo um enfoque pastoral e não apenas jurídico. Uma coisa, porém, devemos dizer: o sistema de trabalho escolhido para o Sínodo já é um pouco influência de Medellín. Seja como fôr, nós, bispos da América Latina, falaremos nossa linguagem. Iremos lá para dar nossa contribuição e seríamos infelizes com respeito à América Latina, se não levássemos para o Sínodo todo o conteúdo e tôda ressonância do povo latino-americano.

**5** Os senhores bispos falarão a nossa linguagem, a linguagem da América Latina, a nossa linguagem brasileira. Perguntaria ao senhor, Dom Avelar: qual a expectativa maior do Episcopado Brasileiro com relação a êste Sínodo?

● Eu poderia resumir a resposta em duas palavras: expectativa e esperança.

A expectativa é não só do Brasil, mas também de tôda a América Latina e de tôdas as partes do mundo; é não só daqueles que somos a Igreja hierárquica, mas de todos aqueles que somos a Igreja. Então, estamos todos a nos perguntar o que é realmente que êste Sínodo nos vai oferecer, como êle vai encarar o problema do relacionamento das Conferências Episcopais com a Santa Sé, como vai interpretar tantas contribuições, com tanto colorido e tantos matizes, mas sempre nascendo desta ânsia de querer interpretar o Evangelho para o mundo de hoje. E há também uma esperança. Nós sabemos da preocupação que toma conta de muitos quanto a estas relações das Conferências Episcopais com a Santa Sé, em razão de um ou ou-

---

**Nós, os bispos da América Latina, falaremos nossa linguagem. Iremos ao Sínodo para dar nossa contribuição. E seríamos infiéis, se não levássemos para lá todo o conteúdo e toda a ressonância do povo latino-americano.**

tro pronunciamento que uma ou outra conferência episcopal tem feito sobre assuntos já debatidos e já proclamados pelo Santo Padre. E eu acredito que isto inspire preocupação também ao Santo Padre. Preocupação do ponto de vista da coerência de uma Igreja visível em seus pronunciamentos e ideais. No entanto, o que se deseja atingir é exatamente aquele máximo de unidade interna, porque a unidade externa existirá na medida em que nós internamente estivermos sob a influência do Espírito Santo, ajudando-nos uns aos outros com vistas ao bem da Igreja universal. Por conseguinte, também nós, entrando em contacto com a Cúria Romana e com o Santo Padre, teremos de dar uma série de sugestões sobre as coisas que devem ser feitas a fim de evitarmos que nesta hora haja apenas um gesto de autoridade, a fim de aumentarmos aquela capacidade de ouvir que é altamente necessária para uma Igreja una e ao mesmo tempo diversificada. Una, porque temos ideais comuns e devemos conservar uma linha geral de procedimento. Diversificada, porque devemos levar em conta as condições próprias de cada região, de cada hemisfério, de cada povo. Diversificada, mas sempre em comunhão com o Santo Padre, este a quem tanto estimamos — uma comunhão hierárquica, um afeto colegial de tal modo profundo que a Igreja saia deste Sínodo mais reforçada, mais dentro de um espírito de verdadeira unidade, a qual se inspire na força mesma do Evangelho.



**6** Agora, Dom Avelar, nós lhe queríamos pedir uma mensagem para os religiosos do Brasil. O sr. está sentindo o pulsar de uma Igreja nova, sobretudo no Episcopado. Qual seria então sua palavra, digamos, de ordem, quais seriam seus desejos, qual sua mensagem com relação àqueles que vão ler **CONVERGÊNCIA**?

© Esta mensagem eu arranco do mais profundo do coração para todos os religiosos do Brasil que estão representados na CRB. Eu tive há poucos dias a oportunidade de uma visita à sede da CRB onde pude experimentar uma grande alegria. A alegria de ver que cada vez mais a CRB se organiza, e se organiza pela força do espírito. Não é uma organização pura e simplesmente material. É uma organização que se faz por ideal altamente de acordo com sua finalidade apostolar, o que nos alegra sobremaneira. Vemos que os esquemas de trabalho, a administração como está traçada, o espírito que está presidindo a tudo, tudo isso é muito Igreja, tudo isso está sendo feito muito para a Igreja. Portanto, eu, como bispo do Brasil, e que observo também em toda a América Latina as relações do CELAM com a CLAR, quero ver aqui no Brasil a CNBB e a CRB cada vez mais ligadas uma à outra, numa visão e numa perspectiva verdadeiramente eclesiais. A palavra que mando, pois, a todos os religiosos é que, nesta hora de renovação da Igreja, nós devemos estar sempre atentos à luz do Evangelho e às sugestões do Divino Es-

---

pírito, e ao mesmo tempo todos unidos para um grande trabalho de renovação em profundidade. Mas uma renovação que não apresente apenas um sabor de novidade. Mais que isso, tenha esta renovação toda aquela força que vem da alma mesma do Evangelho, pois na medida em que mergulhamos no Evangelho, nós nos renovamos. Renovamos a Igreja. Damos hoje nossa contribuição, como outros deram a sua em outras épocas da nossa história. Damos nossa contribuição, e não podemos deixar de dar sob pena de pecado de omissão. Aos religiosos um grande abraço e vamos para frente trabalhando pela Igreja no Brasil.



Em Medellín os observadores chegaram a considerar como seu aquêle encontro; tal o clima de integração que ali se pôde sentir. Agora todos os cristãos olham também para o Sínodo.

## O CLERO NUM MUNDO

### EM CRISE

Vários autores

Este livro é uma contribuição para a discussão do problema do sacerdócio à Luz das atuais transformações da Igreja e do mundo. Trata-se do resultado de uma Semana de Estudos realizada em Montréal (Canadá), em 1967, promovida pela Conferência Internacional de Sociologia Religiosa, em que se reuniram teólogos e sociólogos católicos e protestantes do mundo inteiro. Principais temas discutidos: o padre, pessoa e personagem, o estatuto econômico do padre, o dilema do sacerdócio cristão, a função sacerdotal e mudança social e o lugar do padre dentro desta mudança. Um documento que exprime, de vários cantos do mundo, as preocupações mais graves sobre o tema em questão.

Pedidos à

Editôra VOZES Limitada

Caixa Postal 23

Petrópolis RJ



## FORUM DE DEBATES

# EM QUESTÃO NO SÍNODO: A CONCEPÇÃO DA UNIDADE DA IGREJA

Hubert Lepargneur, O. P.

FREI HUBERT LEPARGNEUR



O Sínodo Episcopal que se abre este mês de outubro em Roma não parece despertar considerável atenção no público crente ou não-crente. Apresentará, porém, um duplo interesse teológico: 1) quanto à noção da *unidade da Igreja* que estará concretamente implicada nas decisões tomadas; 2) quanto a um eventual progresso ou a uma possível regressão na perspectiva de um órgão de verdadeira *co-responsabilidade episcopal*, permanente ou quase permanente, na escala universal. Os dois assuntos são conexos. Como não figuram na pauta comunicada ao público, justificaremos a presente indicação.

### I. TEORIA E PRAXE DA ESTRUTURA ECLESIAL

A explicação ou justificação teológica muito comumente segue a prática na vida da Igreja. Em certos setores, contudo, afirmações de princípios teológicos pre-

cedem sua inteira realização histórica. Assim, o Concílio Vaticano II manifestou vontade de voltar a uma concepção mais antiga da diversidade eclesial e apelou para o exercício de uma verdadeira colegialidade episcopal. "A índole e o caráter colegial da ordem episcopal são expressos já pela disciplina muito antiga... A Ordem dos bispos, que sucede ao Colégio apostólico no magistério e no regime pastoral... é também detentora do poder supremo e pleno sobre a Igreja inteira... o supremo poder que este colégio tem sobre toda a Igreja é exercido de modo solene no Concílio Ecumênico" (*Lumen Gentium*, n. 22). Apesar de incontestáveis esforços de descentralização, ainda o pólo da unidade universal predomina sobre o pólo da diversificação dos governos dos chefes das Igrejas locais. Viemos de longe: durante os últimos séculos, a Santa Sé não tolerou concílios nacionais ou regionais, comuns nos séculos anteriores. Quanto aos modos de exercício do supremo poder colegial, afóra os excepcionais Concílios Ecumênicos (um por século em média), estamos ainda na expectativa.

O decreto conciliar *Christus Dominus* sobre o múnus pastoral dos bispos fala em "participação na so-

licitude pela Igreja universal".<sup>1</sup> Entretanto, o que significa concretamente esta expressão eclesial? Como interpretar que não se faça aqui, explicitamente, apelo à noção de colegialidade como co-responsabilidade? Podemos sustentar, com efeito, que *colegialidade diz co-responsabilidade*: só é responsável quem tiver *liberdade para decidir*, sozinho ou junto a outros. *A co-responsabilidade não se verifica realmente, ao que parece, por apelos a conselhos ou a conselheiros carecendo de poder deliberativo*. Quando o Vaticano II aponta os bispos como responsáveis, co-responsáveis, não se trata simplesmente da responsabilidade de fornecer bons conselhos ou informações presumivelmente válidas (o que fazem também os núncios). Não se trata, evidentemente, de questionar a necessidade da aprovação papal para as decisões deliberativas do colégio episcopal, integral ou reduzido em Sínodo. Em resumo, *co-responsabilidade diz mais do que uma colaboração qualquer*, apesar desta proposição de Dom Rubin, secretário geral do Sínodo: "Essa *comum responsabilidade* realiza-se mediante a *colaboração colegial do Episcopado*..."<sup>2</sup>

Para situar e ilustrar como Paulo VI entende o "princípio de colaboração

colegial e de comum responsabilidade, aprovado e estimulado pelo Concílio Vaticano II", alguns observadores lembram inoportunamente o episódio ainda recente da *Humanae Vitae*.

De qualquer maneira, delineou-se a questão: o Papa chama os membros do Sinodo como *bispos responsáveis*, co-responsáveis com o bispo de Roma, ou como *conselheiros privados* cujos "desejos" ou observações o Santo Padre pode rejeitar sem explicações? Se o Papa faz apêlo à prestigiosa autoridade dos bispos locais, é para dar mais força a uma reafirmação do princípio da autoridade na Igreja ou para se beneficiar de suas sugestões em benefício de uma pastoral descentralizada? "As Conferências Episcopais podem hoje contribuir com múltipla e fecunda força para que este afeto colegial seja levado a uma aplicação concreta", anuncia a *Lumen Gentium* (n. 23). As Conferências Episcopais Nacionais ou Regionais nos parecem não só exprimir um incontestável afeto colegial, mas também exercer uma certa co-responsabilidade colegial, embora ainda muito discreta, pois as resoluções comuns só se aplicam em cada diocese mediante a ratificação do bispo local. Mas nem isso podemos dizer do Sinodo atual, cujas origens vamos evocar antes de lhe resumir as características.

Em 1961, o Cardeal Alfrink exprimiu publicamente, em Nimegue, o desejo de a Comissão Central do Concílio sobreviver "como um dos órgãos de governo da Igreja". Ele repetiu a idéia em 1962, em Roma, recebendo acolhimento favorável de João XXIII. Outras razões se tiram facilmente de motivos ecumênicos. No Oriente o Patriarca Atenágoras não decide para a Igreja, senão "em

seu Sinodo" (*syn-odos*: juntos caminhar). Muitas Igrejas da Reforma são governadas por sínodos. Por fim, alguns perguntam: Como poderia ser um solitário o chefe de uma Igreja, sobretudo de uma Igreja que põe em relêvo a *koinomia*, a vida comunitária na caridade?

Diante do desejo de Padres conciliares preocupados com o futuro incerto das decisões votadas, com a continuidade do *aggiornamento* promovido por João XXIII, desejosos de ver a co-responsabilidade colegial dispor de um órgão estável para seu exercício, Paulo VI instituiu o Sinodo episcopal em fins de 1965 (*Motu próprio* de 16-9-1965). Seria exagerado pretender que a alegria dos interessados foi sem reticência: o Sinodo teria a faculdade de fornecer informações e conselhos sobre pontos predefinidos, e não lhe caberia, pelo menos institucionalmente, normalmente, o poder de decidir disposição alguma, mesmo com a condição da ratificação papal. Sem convocação papal o Sinodo nem poderia se reunir, embora todos os seus membros tivessem recebido o consentimento papal para sua nomeação. Aos representantes das Conferências Episcopais, o Papa acrescenta os chefes dos Dicasterios romanos e se reserva o direito de acrescentar outros membros de sua livre escolha pessoal, até 15% do número total que inclui membros de direito e alguns representantes dos religiosos.

**II. O PRIMEIRO SÍNODO EPISCOPAL:** Roma, 29 de setembro a 29 de outubro de 1967.

Dois anos após o *Motu próprio* de fundação (set. 1965), a nova instituição se

reúne pela primeira vez, em sessão geral (set. 1967). Como era previsto, os três presidentes foram designados pelo Papa (os Cardeais Villot, Conway e Felici, dois sobre três da própria Cúria) antes de atuar em seu nome. O secretário geral, cujo cargo não é eletivo, preparou em nome do Papa a pauta da assembléia, para o exame dos "problemas da renovação", para alguns; problemas da "não-renovação", para outros.

Sobretudo numa época conturbada, diante de certos conflitos e de algumas tensões num corpo social qualquer, os responsáveis podem escolher fundamentalmente entre duas atitudes: 1) definir as competências e as autoridades, reafirmar os princípios de preeminência da autoridade, exigir obediência de todos, sancionar, reprovar e até condenar os sujeitos apontados como insubmissos; 2) abordar o fundo dos problemas, ponto por ponto, reconhecendo cada vez o que fôr válido, justo, verdadeiro, na posição do outro. Em outras palavras, temos uma solução formal, jurídica, de um lado, e uma solução possivelmente dialogal, de outro. Hoje em dia, alguns observadores chegam a duvidar que a chamada solução jurídica, formal, de linha dura, adiante qualquer coisa na solução presente de um conflito sério. Pelo contrário, acham que ela só serve para radicalizar as posições e dispensar do exame das justificativas que podem apresentar os dissidentes ou reputados tais.

De qualquer maneira o primeiro sinodo episcopal reuniu seus 197 ou 199 membros em tórno de cinco pontos a estudar, dentro da feliz opção pela segunda atitude. Os cinco temas eram: 1) os perigos que ameaçam a fé; 2) o problema dos sacramentos mistos; 3) a refor-

ma dos seminários; 4) a reforma do direito canônico; 5) a reforma litúrgica. Não cabe neste artigo lembrar o detalhe das votações. Sobre o porvir das decisões, ou melhor, dos votos, temos a Carta de Dom Ladislau Rubin (10-1-1969): *Aplicação dos desejos do Sínodo Episcopal*.<sup>9</sup>

Entre as circunstâncias para nós significativas, notaram-se as seguintes: 1) a ausência de peritos no Sínodo; 2) o Sínodo foi chamado a se manifestar (por *placet, placet iuxta modum* ou *non placet*) sobre as questões elaboradas pelas comissões designadas pelo secretário, e não houve votação final sobre um texto que se teria beneficiado de emendas sugeridas pelos *iuxta modum*; 3) observado ou não, o regulamento salientava a obrigação do segredo, “especialmente sobre as opiniões e os votos emitidos por cada um, assim como sobre as decisões e conclusões da sessão”. Longe de ter sido amenizado depois da primeira sessão, o princípio do segredo foi reafirmado e reforçado. A Cúria Romana atribui ao segredo, mesmo mal respeitado, vantagens que hoje escapam não só a bom número de cristãos, sacerdotes e teólogos, mas ainda a alguns bispos e cardeais (não de cúria): *Secrecy defeats its own ends*, declarou recentemente o Arcebispo de Westminster Cardeal Heenan; “o segredo favorece o *status quo*”, observa o Cardeal Suenens. Numa tentativa de esclarecer o assunto pelas Sagradas Escrituras, o Pe. R. Laurentin cita João 3, 20-21: “Todo aquele que faz o mal, odeia a luz e não vem à luz, para que suas obras não sejam repreendidas. Mas aquele que opera a verdade vem à luz para que suas obras sejam manifestadas, pois

são feitas em Deus” (ver também Jo 18,20).

Diante da impossibilidade prática, ou pelo menos da inoportunidade, de reunir freqüentemente um Concílio Ecumênico, o Sínodo apresentou-se aos olhos de alguns como um meio de permitir um prolongamento do exercício da co-responsabilidade episcopal. Este aspecto é fundamental não só para a eclesiologia, mas também para a pastoral e o futuro do catolicismo no mundo. O próprio Paulo VI alimentou a esperança dos fiéis de que o Sínodo, fruto e de alguma maneira continuação do Concílio, ia como êle, embora com menos aparato, exprimir e exercer a colegialidade reconhecida no Vaticano II: “Continuar os benefícios que proporcionaram durante o Concílio Nossa estreita união com os bispos... Eis a causa da resolução tomada”.<sup>7</sup> O mesmo documento refere-se três vezes à união colegial a ser desenvolvida. Quem se limita às aparências desta congregação em Roma, de bispos vindos de diversos países, fala em “sinal visível da colegialidade”.<sup>8</sup>

Para outros teólogos ou personalidades, a colegialidade em questão estaria aí implicada num exercício bastante superficial. Para êles, como para nós, o balanço da primeira sessão permite esboçar o equacionamento atual, possivelmente provisório, da problemática. Antes de mais, ouçamos o Cardeal Suenens realçar a solidariedade do Papa, dos Bispos e da Igreja toda, numa entrevista que visou precisamente preparar melhor a opinião pública para a segunda sessão do Sínodo: “Quando se acentua que o Papa tem o direito de agir ou de falar sozinho, a palavra *sózinho* nunca significa *separadamente* ou *isoladamente*...

Está dentro da lógica do Vaticano II que as Igrejas particulares — por meio de seus bispos reunidos em conferências episcopais — sejam consultadas abertamente e coletivamente e possam colaborar nos documentos de interesse vital para toda a Igreja. E com a colaboração não só de suas comissões teológicas próprias, mas ainda dos leigos qualificados no assunto. Isto corresponde tanto ao espírito do Concílio como às aspirações de nossos melhores cristãos... A função do Papa, sob todos os aspectos, só se compreende, aliás, em função da Igreja, nela, por ela e não fora dela nem acima dela”.<sup>9</sup> Esta não é uma opinião isolada. E, sim, o que diz a Tradição, como bem o sabem os teólogos informados. Assim J. Ratzinger, comentando a colegialidade dos bispos, escreve: “De um lado, o Papa nunca deverá deixar sem atenção a opinião dos bispos e com êles a opinião da Igreja inteira. De outro lado, deverá haver, por parte do episcopado, iniciativas realmente independentes; de fato não devemos restringir aos tempos apostólicos e à Igreja dos Padres a incumbência de ajudar, com críticas, o Papa em sua missão”.<sup>10</sup>

### III. SÍNODO EPISCOPAL E CO-RESPONSABILIDADE

Corremos o perigo de desvalorizar a *colegialidade*, — o termo, aquilo que o termo significou nos primeiros séculos cristãos, e aquilo que êle significa ainda hoje para os irmãos em desunião jurídica com Roma, — quando usamos desta palavra em situações que não comportem nem poder real de decisão, nem exercício comum da plenitude sacerdotal como acontece na sagração de um novo bispo por três membros do colégio episcopal. A possibili-



**A América Latina e o Brasil estarão no Sínodo com o pêso de suas angústias e com o dinamismo de sua esperança: a esperança de horizontes abertos para a evangelização do mundo.**

dade para o Papa de transformar o Sínodo, a título excepcional, sobre de terminado ponto, em assembléia deliberativa, não muda sua presente identidade. O *Motu próprio* de criação (de 16-9-1965) não deixa dúvida alguma: o Sínodo "tem, em razão de sua estrutura... uma missão de informação e conselho..." O Papa estabeleceu o Sínodo para que este o assista na sua "função de pastor universal" (mesmo *Motu próprio*). O Professor Alberigo tem, portanto, razão em insistir: esta instituição depende "diretamente da fórmula pessoal de governo". O tipo de participação que o Papa pede aqui a alguns bispos não corresponde à noção de *colegialidade* como é entendida nas Igrejas orientais ou em outras Igrejas cristãs, nem ao conceito genuíno de *colegiali-*

*dade - co-responsabilidade*. Corresponde, sim, a um conceito cerimonial de *colegialidade*, pelo qual alguns bispos têm a honra de viajar para transmitir ao Papa informações confidenciais. Resta saber se todos os prelados chamados a participar dêste papel vão aceitar este conceito sinodal sem tentar utilizar o que existe para chegar um dia, com um Papa ou outro, a uma forma de co-responsabilidade que condiz melhor com o desejo profundo dos cristãos adultos, numa fidelidade maior às origens do cristianismo.

Seguramente, nem todo exercício da colegialidade episcopal teria validade se não fôsse aprovado ou ratificado pelo Papa: isso não está em questão no catolicismo atual. Mas o esquema que preside à constituição e ao funcionamento do Sínodo, pelo papel que dá ao Papa, não deixa lugar à co-responsabilidade colegial, nem mesmo no andamento da reunião sinodal. O Papa convoca o Sínodo, determina seu lugar, ratifica a eleição de seus membros, estabelece seu regulamento geral, e também o especial se fôr o caso, determina sua pauta específica, designa os secretários e os relatores, nomeia os presidentes e estes presidem em nome de Sua Santidade. A assembléia não pode nem se reunir, nem — reunida — votar, senão a convite papal. As comissões são constituídas pelo presidente delega-

do. E no final, como se tantas barreiras não bastassem, o Papa decide o que quiser sobre votações expressas, votações votadas ao segredo pelo regulamento. Sua Santidade pode reafirmar sua independência suprema, ignorando-as pura e simplesmente. O *Motu próprio* salienta mesmo: a assembléia perde existência jurídica após terminada a sessão. Nestas condições presentes, a Cúria romana não pode sentir o Sínodo como um rival sério: um certo decôro pode prestigiar os bispos sinodais, mas o poder real permanece firme nas mãos do Vaticano. Reivindicando para o Papa mais do que um homem pode cuidadosamente exercer, a Cúria recolhe ampla oportunidade para manifestar sua solicitude para com o mundo inteiro. A unidade, um certo tipo de *unidade eclesial*, tem ainda defensores eficazes.

O Pe. Rouquette lamentou "que nem houve "debates pròpriamente ditos", "nem nos grupos de trabalho", durante a primeira sessão do Sínodo. Desde 1967, é verdade, bispos da Europa do Norte tomaram consciência mais viva desta situação: até que ponto sua reação, preparada em reunião especial na Suíça, poderá apressar a evolução que o bem da Igreja universal parece exigir? Eis, a nosso entender, o maior ponto de interrogação, e de esperança, que alimentamos hoje a respeito desta sessão.

Alguns observadores dizem que tríplice era a intenção da instituição sinodal: 1) "Realizar uma participação colegial habitual ao governo da Igreja; 2) ... sair da confusão que se estabeleceu entre o legislativo e o executivo; 3) aliviar a tarefa do Papa sobre quem repousa o peso verdadeiramente esmagador, sôbre-humano, e afinal impossível, de dirigir pessoalmente uma grande multidão de organismos. Em nenhuma organização humana, em tempo algum, em lugar algum, ao que parece, nunca tantos serviços dependeram diretamente da autoridade suprema de um só homem. De fato, ele não os pode dirigir efetivamente".<sup>14</sup> Ainda *de fato*, os organismos curiais não são meros órgãos de informação e consultação: *tomam decisões*, em nome da *Santa Sé*, decisões que impõem aos bispos das Igrejas locais, sucessores dos Apóstolos.

Diante do fato de que um homem só, mesmo limitando asceticamente seu sono como fazem os últimos papas, mesmo limitando seus discursos mais do que fazem, não poderia e não pode assumir efetiva, pessoal e responsável o cargo da coordenação e direção da Igreja universal, *tal como o concebe a ecclesiologia romana* de nossos tempos. O verdadeiro dilema que enfrenta a organização da Igreja consiste na opção entre uma co-responsabilidade compartilhada pelos dicastérios vaticanos continuando a agir e decidir sob o título de *Santa Sé*, e uma co-responsabilidade efetivamente compartilhada pelos bispos territoriais, chefes das Igrejas locais, estas de direito divino. O presente Sínodo pode ser um órgão que prepara a segunda opção; ainda não representa expressão válida desta op-

ção, que seria não só teologicamente possível, mas evangêlicamente aconselhável e pastoralmente necessária.

Entendemos agora as conclusões moderadas do Pe. Laurentin: "O Sínodo não pode dirigir nem coordenar a Cúria Romana. Longe de aliviar a tarefa do Papa, onera-a dando-lhe um órgão a mais para dirigir. Com seu regulamento de 1966, o Sínodo não responde nem às necessidades orgânicas, nem às necessidades do Papa, nem às dos bispos. Nem responde mais às intenções ecumênicas implicadas na escolha da palavra *Sínodo*: estabelecer uma aproximação com o Oriente. O regulamento atual é chocante para os Ortodoxos, para quem a sinodalidade exerce-se segundo formas mais livres..."<sup>15</sup>

Num determinado momento, em 1966, nova perspectiva pareceu se abrir com uma informação do hebdomadário *Il nostro tempo*, da diocese de Turin. O colégio cardinalício constaria dos presidentes das Conferências Episcopais, eleitos para tempo limitado. "A nova fórmula permitiria evitar um dualismo perigoso entre o Sínodo dos Bispos e as Congregações Romanas. A colegialidade episcopal, que tem por centro e chefe o soberano pontífice, poderia assim se exercer de maneira mais eficaz..." Em discurso de 28-6-1967, Paulo VI desfêz a ilusão, afirmando à nova série de novos cardeais que nada teriam a temer: "Não temos *nenhum motivo* para mudar a disciplina transmitida pelos Nossos Venerandíssimos Predecessores. Estamos igualmente convencidos de que as múltiplas exigências da Igreja aconselham revigorar as funções do Sagrado Colégio..."<sup>16</sup> Tornou-se claro que Paulo VI não está disposto a procurar a co-

responsabilidade de que êle, na opinião de bons ecclesiólogos, precisaria na direção e supervisão de seus irmãos, os bispos das Igrejas locais. "As diferenças de idade não comportam nenhuma consequência nas responsabilidades..." afirma Paulo VI no Consistório (28-6-1967) que promovia, entre outros anciãos, cinco novos cardeais de mais de 75 anos (dois de 80 anos ou mais). As diferenças de idade não comportam consequência alguma nas responsabilidades da presente Igreja, mas seguramente comportam diferenças sensíveis na maneira de entender os problemas desta segunda metade do século XX.

#### IV. PERSPECTIVAS DO SÍNODO DE OUTUBRO DE 1969

A *primeira sessão extraordinária* do Sínodo, convocada por Paulo VI, a 23 de dezembro de 1968, para outubro de 1969, não terá delegados eleitos pelos episcopados em função da pauta: isso distingue sessão extraordinária de sessão geral (ordinária?) e é perfeitamente compreensível para quem toma conhecimento da pauta de 1969. Entre as duas sessões, notamos também uma parcial reformulação do regulamento (8-12-1968), a qual se restringe a pormenores. "O Santo Padre, solícito pela Igreja universal... convocou o Sínodo a se reunir em assembléia extraordinária a partir de 11 de outubro (de 1969), festa litúrgica da Divina Maternidade de Maria, Mãe da Igreja, e sétimo aniversário do início do Concílio", declarou Dom Rubin, secretário geral do Sínodo.<sup>17</sup> O motivo para esta reunião é a coordenação ou a fiscalização das atividades das Conferências Episcopais. Diz textualmente a convocação pa-

pal: "... é oportuno que... se discuta na próxima assembléia extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre a *mais íntima união entre as Conferências Episcopais e a Sé Apostólica*, bem como entre as mesmas Conferências Episcopais, a fim de se favorecerem sempre mais tais relações recíprocas..."<sup>28</sup> Vem depois uma alusão à *responsabilidade pela unidade a manter na mesma cooperação*. O presente sínodo situa-se, pois, na velha dialética centralização-descentralização, unidade-diversidade, que constitui tema de destaque na história da Igreja latina a partir da alta Idade Média.



Paulo VI alimentou a esperança de que o Sínodo, fruto e de algum modo continuação do Concílio, iria exprimir e exercer a colegialidade reconhecida em Vaticano II.

Na situação atual de inquietação, esta pauta expressa uma opção pela primeira atitude que foi caracterizada acima; seu caráter vago exprime da melhor maneira possível a dupla preocupação do Santo Padre: a ortodoxia doutrinária e a autoridade do magistério. Neste sentido, Gino Concetti escreve no *l'Osservatore Romano* (15-1-1969) que "será preciso, antes de tudo, considerar a *autoridade do Soberano Pontífice* que permanece indiscutível para toda a Igreja". De qualquer maneira, a chamada crise de autoridade vai ser enfrentada por novo apelo à própria autoridade, ressaltando seu poder: a estratégia consiste em solidarizar o mais visivelmente possível os bispos em torno do Papa, face ao que Paulo VI considera como desafio à sua própria autoridade. Este caminho parece melhor do que o caminho proposto por membros da Cúria romana. Falou-se, com efeito, em pressões curiais sobre o Papa para lançar uma nova encíclica sobre a autoridade. Apelando para o afeto colegial, Paulo VI quer claramente o apoio maciço dos outros bispos, para a defesa

dos poderes eclesiais senão eclesiásticos. Mas, de outro lado, não quer assustar de antemão o Povo de Deus e toma o cuidado de avaliar secretamente as forças sobre as quais ele sabe poder contar.

Aos que querem apressar a renovação das estruturas eclesiais, Paulo VI responde que mais importante é a renovação espiritual, interior, dos cristãos submissos à Santa Sé: "E' de se notar que o interesse pela renovação da Igreja voltou-se para a transformação exterior e impessoal do edifício eclesiástico, e para a aceitação das formas e do espírito da Reforma protestante, mais do que para a renovação primeira e principal querida pelo Concílio: a renovação moral, pessoal e interior". O que suscitou este comentário do *Times* de Londres: "O uso inco mum, pelo Papa, do termo *Reforma* num sentido pejorativo, em público, será mal recebido pelos ecumenistas convictos".

O primeiro problema que se desvenda, assim, parece a defesa da autoridade do magistério face à contestação que surge aqui e acolá

no Povo de Deus em seu despertar de *aggiornamento*. (A legião dos "terceiros homens", cristãos cansados de esperar uma renovação mais acelerada e radical do aparelho eclesial, deixou ao mesmo tempo a Igreja institucional e a contestação). Em conexão com este problema, adivinha-se a preocupação em manter as Conferências Episcopais não só sob a jurisdição de Roma, o que é pacífico, mas também uma submissão mais passiva, ao agrado do poder central. Temem-se iniciativas de espírito pouco romano: isso parece ser o fundo do problema, para quem não esquece a tensão que existe, por exemplo, entre o Vaticano e o Episcopado holandês.

Nenhum indício permite interpretar o primeiro Sínodo extraordinário no contexto da eclesiologia oriental de união das Igrejas locais (a eclesiologia primitiva da Igreja). Ele permanece fiel à visão propriamente ocidental, prolongando a conhecida eclesiologia latina para a qual tanto contribuiu a praxe do pontificado de Pio XII. Paulo VI, seu sucessor, gloriosa-

mente reinante, deu prova disso quando, por exemplo, deplorou no discurso de 14 de outubro último: "Acontece, no plano litúrgico, que as próprias Conferências Episcopais, agindo por conta própria, foram além do que era justo", no parecer romano. G. Concetti tira logicamente a conclusão: o Sínodo deverá estar atento para que "as contribuições das Conferências Episcopais não sejam tais que possam quebrar os liames da comunhão hierárquica e a unidade da Igreja, oferecendo pretexto a particularismos e à formação de Igrejas nacionais, mesmo que estas não pretendam a autocefalia jurídica". Contudo, todos os cristãos, todos os bispos, tôdas as Conferências Episcopais querem proteger a unidade da Igreja: o problema que teremos ainda a examinar não é, portanto, o de um suposto conflito entre partidários da unidade e contestadores da unidade, mas entre diferentes conceitos desta. O tema da unidade foi através da história a alavanca da centralização romana; mas de que unidade se trata? Em matéria dogmática, não parece haver necessidade de decidir em tôdas as fecundas divergências que existem entre escolas ou tendências. Muito legitimamente, o Papa Leão III recusou-se impor à Igreja universal a mudança do Credo comum que o Concílio espanhol de Toledo, de 589, oficializou para uma parte da cristandade latina: o *filioque* será cantado na catedral de Roma, pela primeira vez, só em 1014, quando da coroação do Imperador Henrique II que impôs o rito germânico da missa. A fé comum pode ser preservada sem uniformidade em todo pormenor teológico, canônico ou de espiritualidade. Quanto mais em matéria pastoral: os pastores aber-

tos para o mundo a salvar sabem que o grande problema que enfrenta hoje a Igreja não é a defesa da unidade, mas a maneira de falar aos homens de nosso tempo para levá-los à redenção. A Igreja, sacramento da salvação, não pode ignorar a sensibilidade democrática que leya a tratar os homens como responsáveis, a adaptar os modos de governo às condições culturais e a respeitar as legítimas diferenciações nas tradições e maneiras de sentir.

Em resumo, a convocação do Sínodo corresponde a uma dupla preocupação da Sé Apostólica: 1) união do Episcopado em redor do Papa, a fim de se opor à "contestação" da autoridade na Igreja; 2) limitação e delimitação dos poderes concedidos pela Santa Sé (ou simplesmente reconhecidos por ela) às Conferências Episcopais. Já que o problema do relacionamento das Conferências, entre si e com a Santa Sé, foi explicitamente evocado na convocação de 1968, convém acrescentar que tal problema não pode se restringir a uma questão de definições jurídicas de competências: mas profundamente é um *problema de confiança*, de confiança para com irmãos responsáveis em regiões de evolução e feições culturais muito diferentes. Talvez o titular de um poder estabelecido experimente uma tendência natural para suspeitar rebeldia em tôda iniciativa original da parte de irmãos que êle tem por súditos. Na linha do Evangelho, seguramente, o responsável deve superar esta suspeita para o bem de todos. Cristo lavou os pés de seus discípulos, chamou-os amigos e não súditos, confiou-lhes a evangelização do mundo com notável liberdade para saberem como atuar em regiões e tempos diversos: um cristão,

por mais elevado que esteja nas hierarquias da terra, não pode achar indigno dêle imitar o Mestre.

## V. UNIDADE E DIVERSIDADE: COLEGIALIDADE

Atrás das tensões e do conflito latente ou aberto que existe sobre diversos pontos de interesse comum ou particular, percebe-se que o que está em jôgo ou em questão é um problema constitucional, isto é, eclesiológico. Que visão eclesiológica vai nortear a Igreja para seu futuro caminhar? Duas tendências eclesiológicas se defrontam atualmente no catolicismo. O primeiro Sínodo extraordinário só se compreende verdadeiramente neste contexto, nada dramático. Dos dois lados, invoca-se o Concílio Vaticano II (para não remontar à "constituição divina da Igreja"), sua aplicação legítima, coerente: em tôda tensão entre irmãos da mesma sociedade, há sempre um texto venerável cuja exegese e compreensão está em pauta, que ninguém pode desrespeitar abertamente, que cada lado tenta utilizar para firmar sua posição pré-estabelecida. Não nos parece que o princípio da autoridade papal esteja realmente hoje na Igreja católica. A tensão evidenciada visa as modalidades de exercício, inclusive a oportunidade para o Papa de assumir as inúmeras tarefas lembradas por R. Laurentin." As teologias estão prontas; resta à praxis eclesial achar seu caminho entre elas. Se é verdade que a Igreja não é o Papa sozinho, mas o conjunto estruturado do Povo de Deus, a vida da Igreja não pode se resumir nos textos oficiais promulgados pela hierarquia romana; deve hoje mais do que nunca, constar de uma dialética que envolva a Igreja tôda, numa his-

tória em que o papel do Espírito Santo não pode estar ausente. Queríamos grande êste papel do *Paraclete* renovador, do insuflador da verdadeira liberdade cristã, do *Pneuma* que santifica. Em termos teológicos, uma eclesiologia, teórica ou vivida, vale aquilo que vale sua *Paracletologia*.

Quais são estas duas tendências eclesiológicas, estas duas eclesiologias? O Cardeal Suenens as caracterizou com serena lucidez: "Creio que o problema fundamental que nos divide, conscientemente ou não, é um problema de teologia, uma visão inicial diferente de Igreja, sobretudo quanto ao aspecto de sua unidade necessária... No centro, a tendência que geralmente prevalece, mesmo depois do Vaticano II, continua fortemente marcada por uma visão formalista, jurídica das coisas. Vendo a Igreja como uma sociedade *perfeita*, com poder supremo bem definido, dotado de leis universalmente válidas, está-se inclinado a considerar a Igreja universal com prioridade sobre as Igrejas particulares; estas são vistas como partes de um todo a ser unificado ao máximo, partindo do centro, por uma espessa rede de prescrições bem detalhadas. Tendência centralizadora, jurídica, estática, burocrática e essencialista por natureza, ela caracteriza homens mais sensíveis à ordem estabelecida e ao passado do que às exigências do futuro, mais próximos do Vaticano I que do ano 2000, mais cuidadosos em repelir os abusos do que em compreender e promover os valores e as aspirações novas que surgem tanto na Igreja como no mundo. Estarão mais inclinados, mesmo que o neguem, a considerar as Igrejas locais como departamentos administrativos; os bis-

pos como simples delegados e executores do poder central; a descentralização de poderes como prenúncio de um cisma latente. E' para esta direção que se têm os olhos, quando se parte do centro para a periferia.

"Quem vai da periferia para o centro enxerga as coisas completamente diferentes: a Igreja é vista, em primeiro lugar, como realidade evangélica, em seu profundo mistério espiritual e sacramental... Esta é também a visão da eclesiologia oriental, a linha de crescimento da história, a única teologia que permite o verdadeiro diálogo ecumênico. Esta é, a meu modo de julgar, a única visão verdadeira. Ela não é familiar a nós latinos, em consequência de nossa herança histórica. Somos tentados a considerar a Igreja em primeiro lugar como uma sociedade universal, composta de indivíduos justapostos, como agrupamentos de células diretamente ligadas à cabeça. Não, ela é um corpo composto de órgãos diversamente constituídos; ela é uma comunhão de Igrejas formando juntas a Católica. As Igrejas locais encerram, atualizam, revelam em si o mistério da única Igreja de Cristo; elas são sua encarnação concreta, histórica, espacial.

Esta dupla visão origina duas noções diferentes da unidade e reações opostas. Todos falam da unidade, mas cada um a compreende de maneira diversa. Na realidade, existe uma concepção verdadeira e cristã da unidade que inclui a diversidade legítima, e uma concepção inexata desta unidade que impede ou exclui a diversidade legítima. Faz-se necessário esclarecer de antemão a noção verdadeiramente católica da unidade. Esta não implica de maneira alguma a uniformização máxima, nem a acumu-



Cardinal Alfrink: a Comissão Central do Concílio precisa sobreviver «como um dos órgãos de governo da Igreja».

lação de tudo no centro. Ela comporta essencialmente uma diversidade bem mais profunda que certas diferenças superficiais recebidas; inclui os domínios espirituais, litúrgicos, teológicos, canônicos, pastorais. A própria existência, no seio da única Igreja Católica, das Igrejas orientais, com sua diversidade rica, devia bastar para no-lo recordar. Creio que o nó da controvérsia está aí". Em resumo, de um lado, uma eclesiologia teórica, com um arsenal de princípios, que busca aplicação através da mediação de uma estrutura hierárquica; de outro lado, o primado da vida de uma comunidade evangélica, eclesial, forçosamente local, isto é, enraizada nas culturas humanas: o conjunto das Igrejas locais sendo unido na fé, na esperança, na caridade, isto é, na vida teológica, a serviço da qual existe a estruturação eclesial.

Creemos que aí está o cerne da significação que vai ter êste primeiro Sínodo extraordinário. Após a curva que deu o Vaticano II, uma nova ossificação pode se apoderar da instituição eclesial. Mais importante do que a resolução de qualquer problema particular, a maneira como esta instituição vai se definir nestes anos de transição, particularmen-

te por ocasião desta sessão sinodal, no que diz respeito à sua eclesiologia, sua maneira de entender a unidade da Igreja, vai ou permitir grandes esperanças para a evangelização do mundo, ou abafar nossas mais profundas esperanças evangélicas.

Para evitar o arbitrário e não ceder a instintos pouco justificáveis, a dialética da *unidade - diversidade* na Igreja universal deve ser esclarecida, de um lado pela teologia tradicional no que ela tem de mais fiel à Revelação, de outro lado pela visão lúcida das necessidades pastorais atuais, considerando sempre a finalidade da instituição eclesial terrestre: ajudar a salvar o maior número possível de homens. Quanto ao segundo ponto, notamos que o homem deve ser salvo onde ele está. Ora, esta condição se localiza mais na Igreja particular do que em Roma. Quanto ao primeiro ponto limitar-nos-emos às referências a alguns teólogos competentes. Concluindo um capítulo sobre a colegialidade na tradição latina, o Pe. Dejaive escreve: "A unidade da Igreja é a unidade de uma multiplicidade orgânica, da qual as Igrejas particulares são as partes integrantes. Se o primado é a representação dessa unidade, a sua função se exerce essencialmente no seio de um Colégio, formado pelos chefes das Igrejas, cujo conjunto constitui a única Igreja católica... Na comunidade estreita de missão que lhes é atribuída, o Papa e os bispos não são exteriores, são correlativamente imanentes. Não podem adequadamente exprimir-se em regras jurídicas, como bem o mostrou a nossa pesquisa na tradição; só o Espírito que anima toda a Igreja e lhe mantém a estrutura, especialmente sua estrutura hierárquica, é o único e últi-

mo fator de concórdia, êle que por excelência é o lugar e o vínculo de toda comunhão na terra como no céu".<sup>2</sup> Isso supõe que a diversificação pastoral, assumida pelos bispos diocesanos, cada um como chefe pleno de sua Igreja particular, não seja ressentida como contestação da catolicidade: sem Igrejas locais vivas, o que vem a ser a Igreja universal? Sem Igrejas particulares prosperando na liberdade cristã, sobre que súditos reinará amanhã o Papa?

"*Quod omnes tangit, ab omnibus tractari debet*" — o que interessa a todos, cumpre seja por todos tratado, — reza um antigo axioma do direito eclesiástico. A colegialidade não pode reduzir-se a uma exigência feita à central romana, mas deve realizar-se em todos os escalões... O sistema autoritário do regime de um só não encontra cobertura nem na constituição eclesiástica original neotestamentária, nem na mentalidade democrática hodierna; por isso, cumpre seja substituído por uma direção da Igreja *colegial* em todos os escalões: paróquia, bispado, nação, Igreja universal. Para evitar-se uma paralisação mútua dos diversos poderes, deve conservar-se expressamente a autoridade decisiva do vigário (pároco), do bispo e do Papa. Porém, simultaneamente, deve garantir-se não só um direito consultivo dos grupos representativos, como também um direito decisivo dos mesmos".<sup>3</sup>

Após ter citado um superior geral, falando no primeiro Sínodo da maneira seguinte: "o exercício do magistério não é ajudado zados e de grande competência...", o Pe. Rouquette por revelações particulares, supõe hoje um trabalho considerável de informação para o qual é preciso re-

correr a teólogos especializados: "A própria infalibilidade pontifícia, e mais largamente o magistério ordinário do Pontífice romano, embora não dependam do consentimento do Episcopado, não se exercem de fato sem uma vasta consulta... Acrescentamos que toda autoridade, hoje, deve procurar se tornar psicologicamente aceitável. Não pode se contentar em pedir uma obediência cega e passiva".<sup>4</sup>

## VI. QUESTÕES ABERTAS

Dispomos agora de um quadro teológico suficiente para entender o desenrolar do Sínodo de outubro. Em conclusão salientaremos as principais questões abertas:

1) *Colegialidade real, como comum responsabilidade* em questões de interesse universal da Igreja. Em que medida o Papa vai aceitar transferir à colegialidade episcopal, que existe de direito divino, certos poderes de decisão agora exercidos pela administração curial, que não existe de direito divino? Enquanto a Santa Sé dá a impressão de se preocupar em limitar o poder e a competência das Conferências Episcopais, muitos cristãos, vários teólogos de renome, alguns grupos de sacerdotes,<sup>5</sup> não menos animados pelo bem da Igreja e a salvação das almas, se preocupam em como limitar o poder dos organismos romanos e chegar a um verdadeiro governo colegial, sem prejuízo algum para os privilégios de que, de direito divino, usufrui o Papa. Aquilo que certas circunstâncias históricas fizeram, além da constituição divina da Igreja, por que outras circunstâncias históricas não poderiam desfazê-lo ou revê-lo, se assim o pede a própria missão da Igreja?

2) *O princípio da autoridade na Igreja.* Qual é o

valor pastoral da reafirmação de sua própria autoridade, da parte de uma autoridade que se acha, com ou sem razão suficiente, contestada no seu princípio? A questão é séria. Limitar-nos-emos a lembrar o trecho seguinte de um pronunciamento que o Pe. Arrupe, preposto geral da Companhia de Jesus, fez durante o primeiro Sínodo, falando em nome dos superiores gerais (religiosos): "Quanto à autoridade, direi que, para fazê-la reconhecer novamente, não basta afirmar e repetir seu princípio. Um tal reconhecimento deve, muito antes, nascer de um estado de espírito que engendre a confiança nos súditos e os leve a uma livre submissão, em virtude de um amor vivo que, pouco a pouco, os leva a uma aceitação livre e refletida da autoridade... Em outras palavras, a reabilitação da autoridade deve ser o fruto de um processo vital determinado pela maneira de agir daqueles que são constituídos em autoridade..."<sup>23</sup> João XXIII usou de palavras equivalentes e sobretudo conseguiu colocá-las em prática.

3) *Sínodo episcopal e forças atuantes.* Para viver e se desenvolver, a Igreja precisa, impreterivelmente, não só da autoridade hierárquica, mas também da animação do Espírito Santo que ninguém monopoliza. Como interessar melhor as forças vivas e atuantes da Igreja pelo seu caminhar histórico? A própria dinâmica do Vaticano II leva-nos a colocar a pergunta. Que forças de renovação ou de manutenção do *status quo* representam os membros que de fato participam do Sínodo? Quem não reduz a ecle-siologia à hierarquiologia não pode evitar esta questão. Em que medida as forças vivas de renovação que existem nos diferentes paí-

ses têm representação real no governo da Igreja universal? Um divórcio entre as autoridades hierárquicas e as forças cristãs atuantes no mundo secular seria catastrófico, a longo prazo, para o futuro do Povo de Deus e a salvação dos homens.

4) *Subsidiariedade na Igreja.* "Subsidiariedade é a idéia diretriz que, embora não conforme a palavra, mas conforme o sentido, perpassa toda a constituição dogmática *Lumen Gentium*".<sup>24</sup> Em que medida e quando a hierarquia romana estará disposta a aplicar dentro da Igreja católica, em todos os seus níveis, o princípio de subsidiariedade tão invocada para conter os governos da sociedade civil?

5) *Adaptabilidade das instituições de direito eclesiástico às necessidades do tempo vistas à luz do Evangelho e não só do direito canônico vigente.* No *Motu proprio* pelo qual instituiu o Sínodo, o Papa assinalou que esta instituição, como qualquer outra instituição humana, com o correr do tempo poderá ser aperfeiçoada. Resta saber o que Paulo VI entende por aperfeiçoamento e em que medida o resto da Igreja vai pensar do mesmo modo. Sabemos que Deus não abandona sua Igreja, mesmo que não a premuna de atrasos prejudiciais e de fraquezas patentes. O que nela permanece caduco, obsoleto, refratário ao espírito evangélico, pode resistir certo tempo, mas não pode triunfar definitivamente contra as necessidades do progresso histórico, porque não tem assistência nenhuma por parte do Espírito de Deus. Só podemos confiar, por motivos de fé e motivos históricos, no progresso da Santa Igreja. Deus utilizará este Sínodo, de uma maneira ou outra, para a extensão de seu Reino.

O Cardeal Suenens é por um diálogo aberto feito de amor e co-responsabilidade.



<sup>1</sup> Nº 5: "mostrem-se solícitos por todas as Igrejas... sintam-se especialmente angustiados..." nº 5 (*Compêndio do Vaticano II*, Vozes, nº 1023). Mesma idéia em *Lumen Gentium* 23.

<sup>2</sup> SEDOC I-10 (abril 1969) 1307.

<sup>3</sup> Alocução de 23 de dezembro de 1968.

<sup>4</sup> *Analecta*, Utrecht, 34 (1961) 266.

<sup>5</sup> As sessões do Sínodo são: *extraordinárias*, para questões de urgência, ou *especiais*, para questões regionais, ou gerais, periódicas. Sobre a origem do Sínodo, sua natureza, sua estrutura, ver também: Fr. B. Kloppenburg, REB 1967, 339-347.

<sup>6</sup> SEDOC I-II (abril 1969) 1303.

<sup>7</sup> *Documentation Catholique*, 3-10-1965, col. 1664.

<sup>8</sup> Pe. Bertrams, *Civiltà Cattolica*, 4-12-1965, 417-423.

<sup>9</sup> SEDOC II-1 (julho de 1969) 99-100.

<sup>10</sup> *A Igreja do Vaticano II*, public. Vozes sob a direção de Fr. Baraúna, p. 777. Tiramos a ambigüidade da tradução brasileira: "De outro lado deverá haver iniciativas realmente independentes do episcopado..." tem um sentido aparente que o fim da frase vem desmentir.

<sup>11</sup> O Sínodo "tem normalmente uma função consultiva", Dom Rubin, 18-4-1967; consultiva também a função da Comissão Teológica que se reunirá durante a segunda sessão do Sínodo.

<sup>12</sup> SEDOC, dossier 67-7, p.5.

<sup>13</sup> *Etudes*, dez. 1967, p. 697.

<sup>14</sup> R. Laurentin, *L'enjeu du Synode. Suite du Concile*, Paris, Seuil, 1967, p. 114.

<sup>15</sup> *Id.*, p. 115.

<sup>16</sup> *Avvenire d'Italia*, 29-6-1967.

<sup>17</sup> SEDOC I-10 (abril 1969) 1306.

<sup>18</sup> *Id.*, 1307.

<sup>19</sup> Alocução de Paulo VI de 15 de janeiro de 1969.

<sup>20</sup> SEDOC II-1 (julho de 1969) 98-99. Do mesmo autor, Card. Suenens, ver também o livro *A co-responsabilidade na Igreja de hoje*, Vozes, 1969.

<sup>21</sup> *A Igreja do Vaticano II*, ed. Baraúna-Vozes, p. 876.

<sup>22</sup> Hans Küng, *Veracidade. O futuro da Igreja*, Herder, S. Paulo 1969, pp. 173 e 179.

<sup>23</sup> *Etudes*, dez. de 1967, 714. No fim do livro de suas crônicas conciliares, o mesmo teólogo jesuíta fala do "grave inconveniente dos sínodos extraordinários".

<sup>24</sup> Como o *Movimento de Renovação*, o *Grupo de Desenvolvimento Pastoral*, ambos na Inglaterra... Lembramos também a conclusão de Frei Boaventura Kloppenburg após a sessão sinodal de 1967 (REB 1967-IV, 911-933): "só podemos repetir as críticas então feitas e manifestar a esperança numa próxima reforma substancial desta nova instituição, colocando-a mais plenamente no conceito da colegialidade tão enfaticamente proclamada pela L.G."

<sup>25</sup> *Etudes*, dez. 1967, 714.

<sup>26</sup> *A Igreja do Vaticano II*, ed. Baraúna-Vozes, p. 623, início do capítulo de Otto Karrer sobre "O princípio de subsidiariedade na Igreja".



**PARA  
REFLEXÃO**

# O SÍNODO

## EPISCOPAL À LUZ DO

# EVANGELHO

P. José Sotero Caio

### 1. O SÍNODO E OS SINAIS DOS TEMPOS

Discernir os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho — eis a função indicada pelo Concílio Vaticano II como específica da inteligência do Povo de Deus. Seria mediante tal exercício *profético* da inteligência no seio da Igreja que ela iria progressivamente adquirindo uma consciência mais aguda de sua própria missão na história dos homens, a qual se identifica, de certo modo, com a *história de Deus buscando comunhão com os homens*.

A propósito, convém citar aqui dois textos conciliares dos mais significativos. O primeiro, e de certo o mais completo, é aquele que se encontra logo no início da primeira parte da Constituição *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo de Hoje: “Movido pela fé, conduzido pelo Espírito do Senhor que enche o orbe da terra, o Povo de Deus esforça-se por *discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações de nossos tempos*, em que participa com os outros homens, quais sejam os SINAIS VERDADEIROS DA PRESENÇA ou dos DESÍGNIOS DE DEUS”. E logo a seguir se explica o porquê de tudo isto: “A fé, com efeito, esclarece tôdas as coisas com luz nova. Manifesta o plano divino sobre a vocação integral do homem”.<sup>2</sup> O segundo texto, numa expressão bem mais condensada e não menos nítida, manifesta de modo magnífico a mesma consciência profética: “Para desempenhar tal missão (“continuar a obra do próprio Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para condenar, para servir e não para ser servido”), a Igreja, a TODO MOMENTO, tem o dever de PERSCRUTAR OS SINAIS DOS TEMPOS e INTERPRETÁ-LOS À LUZ DO EVANGELHO, de tal modo que possa responder, de maneira adaptada a cada geração, às interrogações eternas sobre o SIGNIFICADO DA VIDA PRESENTE e FUTURA e de suas RELAÇÕES MÚTUAS”.<sup>3</sup>

Sendo, pois, assim — é precisamente como

um SINAL DOS NOSSOS TEMPOS, e dos mais importantes, que me proponho agora enfocar sob o ângulo evangélico o Sínodo deste ano, procurando com traços rapidíssimos e quase taquigráficos descobrir o seu significado para as horas que vivemos.

O Sínodo em si mesmo, como acontecimento, já encarna vivencialmente, apesar das declarações retóricas que o possam negar, o modo como de fato se exerce a *autoridade* na Igreja de nossos dias...

E', portanto, sob tal ângulo reduzido, isto é, o da vivência, e não sob o outro ângulo, também positivo, das declarações, codificações e regulamentos, que tenciono situar aqui a audição humilde de tão importante e singular SINAL DO NOSSO TEMPO, aproximando-me dêle com todo respeito e admiração, sem esquecer certa gravidade e temor que o mesmo nos inspira.

### 2. DA LÓGICA DO TESTEMUNHO

O Conselho ou Sínodo Episcopal mostra concretamente como os bispos, sucessores dos Apóstolos, participam juntamente com o Papa e nunca sem êle,<sup>4</sup> da “solicitude de tôdas as Igrejas”<sup>5</sup>: “Bispos, escolhidos de diversas regiões do orbe, segundo modos e métodos estabelecidos ou a serem estabelecidos pelo Romano Pontífice, prestam ao Supremo Pastor da Igreja ajuda mais válida no Conselho que tem por nome Sínodo Episcopal. Este Sínodo, representando todo o Episcopado católico, ao mesmo tempo significa que todos os bispos em comunhão hierárquica participam na solicitude pela Igreja Universal”.<sup>6</sup> Estamos aqui no coração da doutrina conciliar do Vaticano II sobre a colegialidade: “Legítimos sucessores dos Apóstolos e membros que são do Colégio Episcopal, considerem-se os bispos unidos entre si. Mostrem-se solícitos por tôdas as Igrejas, já que por ins-

tituição e preceito divinos cada qual, junto com os outros bispos, é responsável pela missão apostólica da Igreja”.

Dêsse modo, devemos saudar o Sínodo Episcopal como um sintoma de renovação e como expressão vivida de tal renovação. Neste sentido, não se pode calcular o esforço que se esconde atrás de semelhante gesto-signo. Com efeito, mais do que nunca a Igreja vem querendo se apresentar e, em certos setores, já se apresenta, como uma comunidade que floresce em franca primavera. Bebendo mais intensamente nas fontes autênticas da Revelação, remergulhando decisivamente na Bíblia, as diversas comunidades cristãs, dispersas pelo mundo inteiro, sentem-se como que invadidas por um novo sopro do Espírito, que renova sempre a face desta nossa tão sofrida terra. Testemunha de tudo isso, está aí patente aos nossos olhos o imenso esforço de conversão que representa a renovação pastoral no Brasil de nossos dias: movimento bíblico, litúrgico, teológico, catequético, sem falar no Plano de Pastoral de Conjunto dos Bispos do Brasil, plano cujo sentido e alcance só daqui a alguns anos é que se poderão na verdade aquilatar.

Entretanto, sem nada esquecer de tudo isso, é preciso — a bem da verdade — meditar sobre o aspecto, dir-se-ia, sombrio, ao nos referimos à significação evangélica do acontecimento *Sínodo Episcopal*. Um dos pontos mais graves e, também, mais centrais da situação da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II poderia ser configurado como a circunstância interior de uma Comunidade de Homens que padece profundamente de um terrível mal-de-consciência. Refiro-me concretamente ao mal-de-consciência de uma Igreja que anda, por assim dizer, em busca de sua própria lógica de testemunho. Ora, o pior e o mais dramático mesmo dos sofrimentos imagináveis, em qualquer pessoa ou comunidade, consiste precisamente naquela *dor radical* de sua própria consciência, quando esta se sente ou começa a sentir-se em contradição consigo mesma. E — para quem acompanha os outros sinais manifestativos da vida da Igreja em nossos dias — este parece ser o sofrimento que dilacera mais as fibras do coração da Igreja católica de hoje... Basta que se abram os jornais. Parece até que nos encontramos em permanente estado de alarme. Todos os dias, os anunciadores de misérias e de entrecosques dolorosíssimos se levantam em sibilinas lamentações. E' o caso de perguntar: Qual a razão deste fenômeno? Por que se fala tanto em crise na Igreja e, dentro dela, em crise de fé, crise de clero, crise de vida religiosa e tantas outras crises? O que estaria acontecendo, à luz do Evangelho? Existe problema mais agudo para qualquer consciên-

cia — consciência pessoal ou comunitária — do que a dúvida explícita ou implícita sobre uma possível contradição consigo mesma? E mais ainda: esta possível contradição seria, em determinadas e insuperáveis circunstâncias, uma coisa de certo modo inevitável? E sobretudo: seria ela definitivamente irremediável, isto é, sem saída atual? Trata-se, com efeito, do que poderíamos chamar não apenas um mal-de-consciência, mas também um verdadeiro e doloroso mal-de-existência. Trata-se do discernimento a propósito de sua possível inautenticidade... Insisto, pois: à luz do Evangelho, o que estaria acontecendo?

A resposta a estas perguntas, de fato, só pode ser uma: esta possível contradição, esta possível inautenticidade é realmente a mais abissal de todas as dores, pois ela se situa precisamente numa área da consciência em que tem espaço de manifestação o próprio e sempre possível existir contraditório. Numa área em que se desoculta aquilo que poderíamos chamar a própria e absoluta *morbidez existencial*, — trata-se da descoberta de que o *nosso essencial* está falido, está sem apoio de ser, ou seja, sem aquele fundamento de sua mais intrínseca e inalienável razão de viver e existir.

Não pretendo bancar de maneira alguma o pessimista. Mas creio que se faz preciso radicalizar assim a questão — nestas horas de afrontamentos planetários, em que parece nos encontrarmos todos no começo ou no fim de todas as coisas. E' preciso ter coragem para olhar de frente todas as situações. Pois, como disse magnificamente o grande Kazantzaki, "*só à beira do abismo é que o homem cria asas*" (Em *A última tentação*).

Assim, talvez eu não dissesse que o Povo de Deus, como tal, se encontra em definitiva crise de inautenticidade. Não diria isto. Mas não temeria dizer que se encontra diante de uma *grande tentação* (no sentido bíblico, de ser ao mesmo tempo um *grande risco* e, na mesmíssima proporção, talvez a *maior de suas chances*, em toda a sua história de bilhões de anos). Seria talvez aquilo que Y. Congar pôde chamar um dia a "*tentação da sinagoga*".

E é exatamente isto que se poderia pensar estar acontecendo com certos setores da vida, na Igreja de nossos dias. *A tentação da sinagoga*, isto é, a tentação de se fechar sobre si mesma e não se abrir para aquele futuro permanente que tem sido a característica da atitude profética em face dos acontecimentos. Em face, digo do imprevisível das manifestações de um Deus, que se mostra essencialmente como SURPRESA...

Daí que, se é contra o espírito do Evangelho — e intrinsecamente contra — uma atitude pessimista diante da situação da Igre-

ja de hoje, seria contra esse mesmo espírito do Evangelho a ingenuidade de uma atitude de despreocupação e de não-vigilância diante do que vivemos hoje.

Concretamente, isto nos joga numa atitude de *consciência humilde e penitente*: Onde estaria a saída? Onde o caminho? Ora, quem nos responde a isto não é outro senão Pedro, "cheio do Espírito Santo": "*Chefes do povo e anciãos, ouvi-me: ... ficai sabendo todos vós e todo o povo de Israel: foi em nome de JESUS CRISTO NAZARENO, que vós crucificastes, mas que DEUS RESUSCITOU DOS MORTOS... ESSE Jesus, pedra que foi desprezada por vós, edificadores, e que se tornou a pedra angular. Em nenhum outro há salvação, porque debaixo do céu nenhum outro nome foi dado aos homens...*" (At 4,8-12).

Não se pode mais escamotear a verdadeira solução. Hoje sobretudo. E valeria bem a pena acentuar esta nota original de nossa situação presente, no seio do Povo de Deus. Quero dizer: já não se pode camuflar aquilo que importa realmente fazer, antes de qualquer tipo de defesa e de mera atitude apolo-gética. Mais do que nunca se impõe, não propriamente uma crítica ferina e sem amor, mas uma auto-revisão comunitária e em profundidade. Pois o que nos falta, e nem sempre estamos dispostos a ver, é uma autêntica LÓGICA DE TESTEMUNHO CRISTÃO.

### 3. SÍNODO EPISCOPAL E LÓGICA DO TESTEMUNHO

O Sínodo Episcopal é um promissor sinal do nosso tempo. Um sinal positivo. E é preciso vê-lo como o melhor dos sintomas atuais da renovação eclesial.

Mas, como já disse acima, há também um certo temor e tremor que ele nos inspiraria.

Temos medo de que o SINAL (que perscrutamos) se apresente também com uma espécie de sinalização negativa. Refiro-me, uma vez mais, àquela contradição e àquele mal-de-consciência sobre que refletimos mais acima. Para ser mais explícito e para evitar possíveis equívocos, refiro-me aqui, concretamente, às divergências entre o DIZER e o FAZER; refiro-me aos choques entre *bispos-padres-leigos*; refiro-me às lutas entre os organismos centrais de governo na Igreja e o que se poderia chamar *bases* da estrutura existencial do corpo eclesiástico. Quanto às lutas e aos choques de mentalidades divergentes, ninguém ignora a presença, por um lado, dos chamados *integristas* ou conservadores das mais diversas gamas e, de outro lado, dos já famosos *progressistas* que muitos, deixando-se facilmente envolver pelos prestígios das palavras, confundem até com os *esquerdistas* (classificação transposta de outra área

completamente diferente). Hoje tudo isto é de domínio público... Porque tempos houve em que era, bem ou mal, possível alimentar os indefectíveis "segredos de sinagoga ou de igreja". Como, aliás, outrora foi possível esconder os não menos famosos "segredos de Estado". Hoje, não. Já se sente, com efeito, na hora atual, que é de todo ilusório querer guardar segredos desse tipo. Pois nestas horas da HISTÓRIA DOS HOMENS, que precisam ser também, segundo DEUS, A HISTÓRIA DA SALVAÇÃO DOS HOMENS, o que não quiser ser aberto e franco, tenderá, violenta ou progressivamente, a caminhar para a morte...

E no que se refere aos antigos segredos de Igreja — a fim de confirmar e ilustrar o que se diz aqui, — bastaria lembrar o que aconteceu com os "segredos conciliares" por volta dos não-longínquos anos de 1962-1965. Eles simplesmente estouraram, mal se tinha começado a 1ª Sessão do VATICANO II. E, de princípio, foi quase como um relâmpago incontrollável, aturdidor, que, acompanhado de sonoros trovões, sacolejou os mais internos e sinuosos meandros das iniciantes discussões episcopais. Tudo foi dado às claras. E bem sabemos que foram os meios modernos de comunicação social que destruíram, num segundo, todo o multissecular ritual cuidadosamente montado...

Assim é que, hoje, todos sentem que já não é possível esconder ao mundo coisa alguma. E, por isso mesmo, é que se apresentam duas hipóteses: ou o Sínodo dos Bispos (que não é um fato acabado) e, de maneira mais global, toda a Igreja começam a ser "o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano", ou então padecerão da *tentação da sinagoga*, fechando-se cada vez mais sobre si mesmos, cerrando suas portas como quem se preparasse para uma liquidação definitiva da sua missão no mundo.

Todavia, não é nesta última hipótese que acreditamos. Não esperamos nunca que isso aconteça. Porque então já não seria esperar.

Pelo contrário, esperamos que um dia, — não sabemos quando, se agora ou amanhã, — os habitantes do mundo se encontrarão felizes na Comunidade Cristã unificada na justiça e no amor.

<sup>1</sup> *Gaudium et Spes*, n. 11. Cf. também o final do n. 10.

<sup>2</sup> *Ibidem*, n. 4. Outras referências bem explícitas à "perscrutação dos sinais dos tempos", cf., por exemplo, a notável formulação de *Presbyterorum Ordinis*, n. 9, e ainda, *Apostolicam Actuositatem*, n. 14; *Dignitatis Humanae*, n. 15, etc. Sem contar as inúmeras referências menos explícitas, mas não menos claras.

<sup>3</sup> Cf. *Lumen Gentium*, nn. 22-24.

<sup>4</sup> Cf. 2 Cor 11,23.

<sup>5</sup> *Christus Dominus*, n. 5; cf. ainda I.G., n. 23.

<sup>6</sup> CD, n. 6. Cf. também Pio XII, Enc. *Fidei Dominum* (21-4-1957); e Pio XI, Enc. *Rerum Ecclesiae* (28-2-1926).

<sup>7</sup> A propósito e para melhor clareza do que aqui se entende por *lógica do testemunho*, cf. o livro publicado pelo autor destas linhas *Clero-Igreja-Mundo, Ritmo de Crise*, vol. I. Guymara Editora Ltda. Rio 1969. Veja-se, sobretudo, os §§ 3-6 do cap. IX (Primeira Parte).



Guido Logger

## CHAPLIN, CARLITOS, E A LINHA JUDAICA

Neste ano, Charles Chaplin fez 80 anos. Cada lustro que ele completa sempre dá oportunidade a se escrever mais alguma coisa nos jornais e revistas. Mais alguma coisa da estranha e enigmática história deste homem a respeito do qual já se escreveu tudo.

Até o *Carlitos*, criação sua, está se perdendo na nebulosidade dos tempos. *Carlitos* tem sido um dos maiores mitos do Cinema. Sobre ele, o próprio Chaplin diz o seguinte: "Seus atributos ajudaram-me a dar forma ao homem da rua. Carlitos queria ter dignidade, — olhe seu chapéu redondo. Seu bigodinho prova sua vaidade. Suas roupas, — considere o colete abotoado e a pequena bengala de bambu, — bem como suas maneiras atestavam que ele era o almofadinha vagabundo, o vagabundo almofadinha. Seus sapatos demasiadamente grandes e gastos eram a caricatura. Carlitos soube emocionar e fazer rir a todos os povos da terra". Por isso, C. B. Shaw chegou a considerá-lo como o "único gênio que o cinema já produziu".

### QUARENTA BIÓGRAFOS

No livro *Chaplin e suoi criticos* (1955), de Glauco Viacci, encontra-se de tudo: hinos, ensaios, artigos e críticas sobre Chaplin. Existem pelo menos 40 biografias e

monografias. Sobre Chaplin ninguém mais poderá juntar algo de novo a não ser o próprio Chaplin que, em 1964, escreveu suas *Memórias*, uma literatura-confissão, descrição de um fenômeno. Alguns enigmas, no entanto, ainda não foram decifrados. Por exemplo: qual a explicação daquela espécie de pedaço da cultura judaica na figura de Carlitos? Na literatura judaica, encontram-se muitos traços de Carlitos, sobretudo os de *sehlemiel*, isto é, do homem que sempre apanha, que sempre "paga o pato". Já em 1927, os franceses Jérôme e Jean Tharaud aludiam a isso no livro *Charles Chaplin et l'esprit du ghetto*. Os dois autores encontravam, então, a origem desse espírito no teatro da Europa oriental. Contudo, na criação mesma de Chaplin, a figura de Carlitos vinha com o instinto de um palhaço nato, e com os atributos tradicionais do repertório dos *music-halls* ingleses. O poeta italiano Ungaretti via em Carlitos os "judeus-compradores-de-roupas-velhas" do mundo inteiro. Max Jacob considerava-o um alfaiate tipicamente polonês. O próprio Charles, em seu filme *O grande ditador* (1941), via nele um barbeiro judeu. Elie Faure encontrava em Charles os vestígios da moral e do humor judaico (ver seu livro *L'âme du juif*). Via nele um homem fechado em sua solidão e desespero, pensando na revolução que poderia transformar o mundo. Colocava-o na mesma linha de Montaigne, Spinoza, Bergson, Marx, Freud, Einstein. Portanto, não foi sem motivo que os dois historiadores franceses e nazistas, Maurice Bardèche e Robert Brasillach, lançaram em seu livro *Histoire du Cinéma* um julgamento anti-semítico sobre Chaplin.



### CHAPLIN, BONACHÃO?

O Carlitos que poderia transformar o mundo não era um bonachão. Carlitos conhecia a malícia do fraco. Era sentimental. Era indiferente. Às vezes roubava, às vezes era honesto. Alternadamente covarde e corajoso. Esperto e infantil. Alegre e triste. Sóbrio e embriagado. Era uma criança grande e, por isso, não conhecia a compaixão. J. M. Eisenstein, cineasta russo, chegou a chamá-lo de lobo entre os lobos. Com efeito, "aquele que fazia 5/6 do globo chorar o destino de uma criança, disse que não gostava de crianças". E a este desabafo Eisenstein acrescentava que somente as crianças geralmente não gostam de outras crianças. Chaplin, uma criança! Mas também um *Dom Quixote*. E um... Don Juan!

Tôdas as análises descobrem em seu caráter dois pólos. Descubrem o claro e o escuro. Somente os psicanalistas encontraram uma justificativa artística para seu filme *Monsieur Verdoux*. Não assim, os críticos cinematográficos. O Charles que sempre sonhou com a imagem ideal da mulher, é o mesmo Charles que põe em foco o seu lado escuro. Que acaba com tôdas as mulheres naquele filme inspirado pelo assassino francês Landru.



**EXPERIÊNCIA**

As zonas mais necessitadas do Brasil, tanto no Norte como no Sul, têm recebido a visita de equipes do Voluntariado de Promoção Humana e Social. As revisões feitas ao término de cada viagem e as declarações de cada voluntário são a radiografia do que acontece em grande parte do país e um apontar de pistas para o que os próximos voluntários poderão fazer no sentido de dar, com eficácia, uma continuidade ao trabalho.

## **O ESFÔRÇO DE UMA GRANDE EQUIPE**



## JUAZEIRO

Maria Carvalho Martins e Mirian Mirtes Bezerra são professoras, com 25 e 20 anos, respectivamente. Ofereceram-se como voluntárias e foram mandadas para Juazeiro, na Bahia.

Juazeiro é o pólo econômico da região de São Francisco, com um movimento comercial intenso e diversificado. Entretanto, perguntadas sobre a situação sócio-econômica que encontraram, a resposta foi familiar: "Enquanto se vê esse desenvolvimento na mão de pouca gente, o povo em geral é paupérrimo e subnutrido. Em toda a região, faltam escolas e assistência médica. Há enorme incidência de desidratação, tracoma, malária, impaludismo, desintéria".

No plano de trabalho, a equipe procurou atacar os problemas mais agudos, dentro de sua especialização e possibilidades.

Maria e Mirian falam do que estão realizando: "Dentro das condições precárias em que é preciso atuar, o trabalho se desenvolve lento e parceladamente. Sentimos muito o isolamento, apesar da boa vontade das pessoas da região que auxiliam no que podem, sem qualquer remuneração. Trabalhamos na coordenação de escolas de adultos, escolas de mães, em três programas de rádio, na formação de líderes juvenis para os clubes de jovens".



TIRANDO ÁGUA PARA LAVAR, COZINHAR E BEBER.

## ABAETÉ DO TOCANTINS

Myriam Sartorelli fala-nos em nome dos que foram para Abaeté do Tocantins, no Pará, bem no norte do país: "Encontramos um povo precisando de tudo. 90% da população não possui nada, nem tem qualquer assistência para melhorar. Como médica, senti sobretudo como a falta de noções básicas de higiene e alimentação agravava as condições de saúde do povo". Myriam está trabalhando no posto médico da sede da prela-zia e diz que seu maior desejo é continuar a pôr em prática o plano que elaborou para tentar atender o melhor possível a esta área: "Em primeiro lugar, educar para a higiene, para a necessidade de ferver a água que se vai beber, para os cuidados que as parteiras devem observar durante o trabalho (é enorme a mortalidade de mães e crianças), para a importância das fossas sanitárias. São coisas que parecem óbvias mas que causam enormes estragos na saúde já precária do povo. E' imensa a quantidade de vítimas de anemia grave causada por verminose (ancilostomíase)".

Trabalhando em condições assim difíceis, Myriam conseguiu, apesar de tudo, com o restante da equipe do Centro Médico, os seguintes resultados em um ano de trabalho: "Cada mês, mais ou menos 1.500 doentes recebem assistência no ambulatório, são feitos mais ou menos 1.200 exames de laboratório e 54 leprosos recebem assistência. Além disso, conseguimos realizar 15 cursos para parteiras leigas de diversos pontos da região".

## TUCURUI

Dr. José Lage de Almeida Cardoso (médico), Maria Armi Becker e Eneida Inês Behmeke (enfermeiras), e Dr. Cristóvão de Magalhães (dentista), constituíram a equipe enviada a Tucuruí, no Estado do Pará.

Comentando a situação que lá encontrou, a equipe disse o seguinte: "Tucuruí vive em função da estrada de ferro. Sem ela, não há condições de sobrevivência. Com a descida das águas no verão, o único meio de trazer a castanha até Tucuruí e daí transportá-la até Belém, é a estrada de ferro. Os barcos só trafegam no inverno e, assim mesmo, com grande dificuldade e perigo por causa das cachoeiras e outros acidentes do rio. Tucuruí possui um hospital da Estrada de Ferro Tocantins e um ambulatório que não funcionam por falta de profissionais". Os outros problemas assinalados foram o baixo nível cultural e social, a falta de indústria, o elevado custo de vida, os salários insuficientes, a alimentação muito fraca, as rêdes de água potável e de esgotos inexistentes, a fal-

ta de luz elétrica, as habitações precárias e grande número de casos de verminose.

Os recursos humanos com os quais a comunidade ainda pode contar são três dentistas, quatro parteiras, e uma enfermeira, todas êles práticos. A paróquia possui também um pequeno posto onde se distribuem medicamentos.

O quadro do trabalho que a equipe executou em Tucuruí, no mês de julho, em termos numéricos, foi o seguinte:

- Casos de clínica médica atendidos: 1053 no ambulatório, 108 nas residências;
- 2 partos;
- 1 pequena cirurgia de abertura de abscesso;
- 705 extrações dentárias;
- Cursinho para 16 parteiras práticas;
- Palestras sobre higiene e saúde pública;
- Orientação às gestantes;
- Visitas domiciliares e promoção social;
- Contactos com o "enfermeiro público" visando ministrar noções fundamentais de terapêutica e farmacologia.

Com respeito às medidas a se tomarem futuramente, Dr. José Lage, de modo particular, observou que, além do médico, do dentista e do pessoal de enfermagem, a equipe deverá contar com um técnico em laboratório acompanhado de todo o material portátil necessário para se fazer os exames de fezes, urina e sangue. Diz êle: "Pelo menos êstes três exames são às vêzes indispensáveis, para que se possa fazer uma medicina um pouco mais decente. Diagnóstico incerto só dá prognóstico inseguro".

## CACHOEIRA DO ARARI

José Ivo Follmann e Léo Pedro Birk, seminaristas maiores, fizeram a experiência do Voluntariado em Cachoeira do Arari, também no Estado do Pará. Cachoeira do Arari está situada na ilha de Marajó. O município todo ocupa uma área de 2.500 km<sup>2</sup> e possui uma população de 10 mil habitantes, dos quais 3 mil constituem o núcleo urbano. Mais ou menos 80% do dinheiro que circula na cidade, informaram os seminaristas, entra através de uma unidade do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Este departamento emprega umas 120 a 130 pessoas. Mais umas outras 100 ocupam-se com a pesca. As restantes, afora os funcionários da prefeitura e alguns empregados do comércio, vivem geralmente na ociosidade ou de biscates.

Como nos outros lugares, dois sérios problemas que dificultam o desenvolvimento da comunidade acham-se numa alimentação fraca e numa educação muito falha. Só a título de exemplo, o ginásio que existia lá, com sede própria, formou apenas uma turma e agora está fechado.

Falando sobre os recursos locais de Cachoeira do Arari, explicaram: "Os recursos humanos são poucos, porquanto os que têm alguma possibilidade vão estudar ou se empregar em Belém onde ficam de vez. Ora, isto "empobrece o lugar". Entretanto, êles ressaltaram "a capacidade de trabalho da população", a qual apenas está exigindo "organização e canalização dos recursos em potencial".

Com respeito às fontes de renda, êles chamaram a atenção para três pontos: 1) a pesca vem topando com dificuldades cada



EM ABAETÉ ACONTECE UMA ESPERANÇA.



vez maiores; 2) a pecuária, por ora, é a extrativa; 3) a agricultura de subsistência é desconhecida, pois falta uma exploração mais racional do solo.

A pesquisa que eles aplicaram a 76 pessoas do local permitiu uma amostragem com algumas conclusões das quais salientamos as seguintes: 1) a Palavra de Deus não é conhecida; missa, procissão, ladainha, festas, danças constituem um quadro de diversões, uma religião quase que apenas folclórica; o povo não está evangelizado; 2) a preocupação de quase 100% das pessoas é a moradia.

### SANTA CRUZ DO ARARI

O quadro de Santa Cruz do Arari que os estudantes José Lauro Thomé e João Carlos Barroso descreveram, pouco se diferencia do aspecto geral que oferecem outras regiões visitadas pelos voluntários: péssima situação econômica, analfabetismo, falta de energia elétrica, falta de estradas, e as vias navegáveis cheias de dificuldades...

O recurso humano que lá encontraram foi também o mais precário: "a única mão-de-obra são os marceneiros, chamados *mestres*, e um mecânico", sendo que os restantes vivem praticamente de biscates. A criação de gado é feita sem nenhum critério técnico, e a pesca se restringe ao tempo da seca. Também não há cultivo da terra por causa das inundações anuais que cobrem toda a região. A obra que eles deixaram encaminhada foi o *clube das mães*, com diretoria já constituída e capaz de levar avante o trabalho começado.

Todavia, os dois jovens confessaram: "Havíamos feito um plano de trabalho sem conhecermos a realidade do local. Chocou-nos

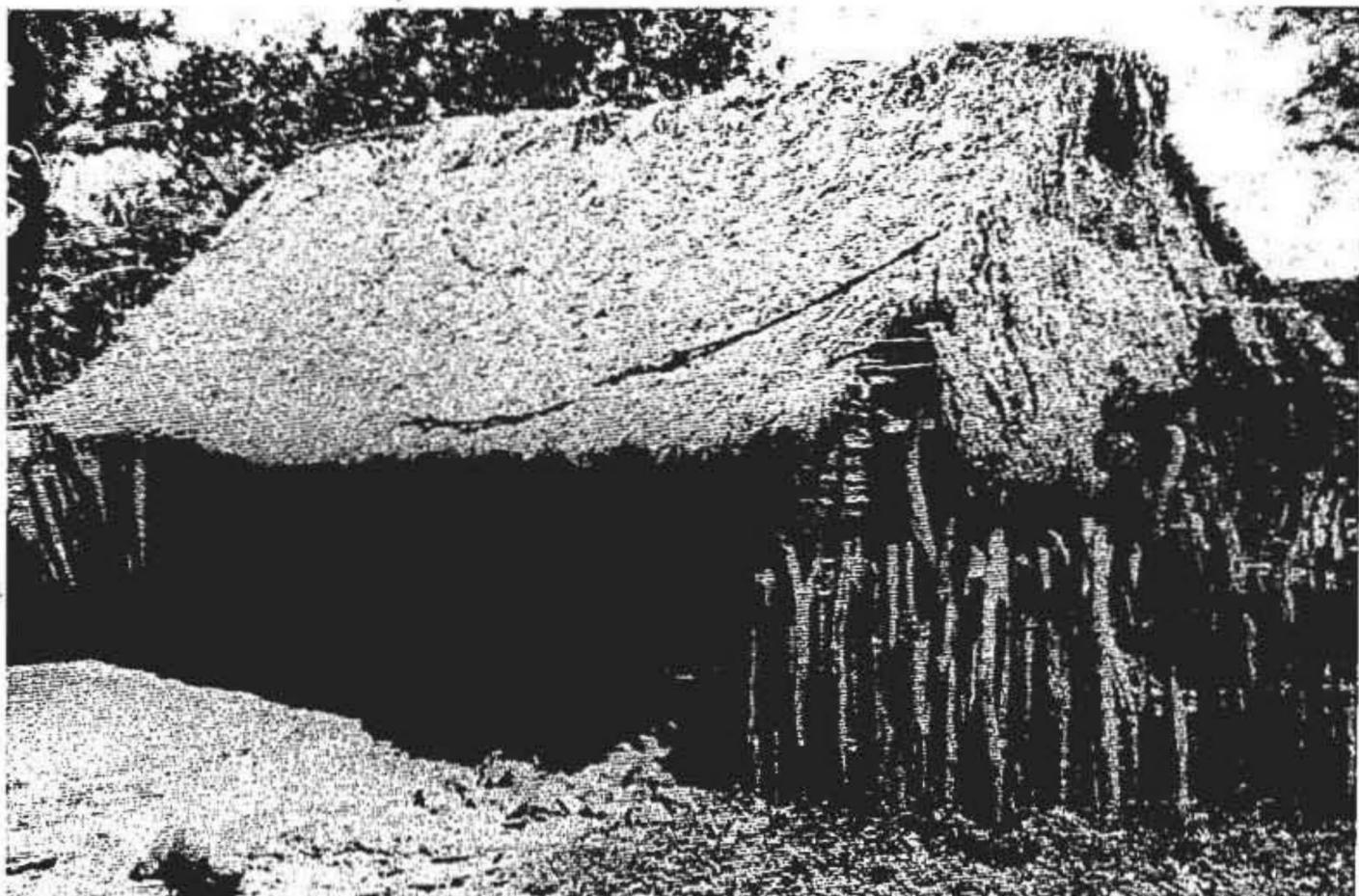
encontrar uma situação completamente diferente da esperada, desorientando-nos um pouco em nosso trabalho".

### SÃO JOSÉ DE GRAJAÚ

O voluntário que se encontra nesta região é o sacerdote religioso Alberto Beretta, formado em medicina. São José de Grajaú está situada no Estado do Maranhão. Segundo informou Padre Alberto, a situação local é "precária, devido à falta de meios de comunicação e às enormes distâncias entre uma cidade e outra". Além disso, a existência das febres malárias quase constantes, a verminose, a amebíase, a hiponutrição, as anemias, a tuberculose, a lepra agravam ainda mais os problemas. Mas ao mesmo tempo, fez questão de ressaltar "as melhorias havidas nestes últimos tempos com as Campanhas Nacionais de Saúde".

Entre as causas mais graves dos males que atingem a região, Padre Alberto apontou "o analfabetismo, a falta de pessoal para ensino, a falta de leite para crianças e a alimentação insuficiente". Com respeito às tarefas que precisavam ser levadas adiante, assinou as seguintes: 1) ampliar o Hospital São Francisco de Assis de Grajaú, com isolamentos para leprosos e tuberculosos, com um pavilhão para cegos e surdos-mudos, e com outro pavilhão para a aprendizagem da enfermagem; 2) providenciar os meios para enviar à Escola de Enfermagem da capital, os elementos escolhidos no lugar; 3) concluir, em Sítio Novo, a criação de um posto médico paroquial.

No interior da prelazia, alguma assistência médica já vem sendo dada nos ambulatórios paroquiais e nas aldeias dos índios.



**Quase sempre a preocupação de quase todos é a moradia.**

Os recursos econômicos com os quais a região vem podendo contar são o gado, a lavoura, o algodão, e o arroz, mas "explorados através de processos muito primitivos".

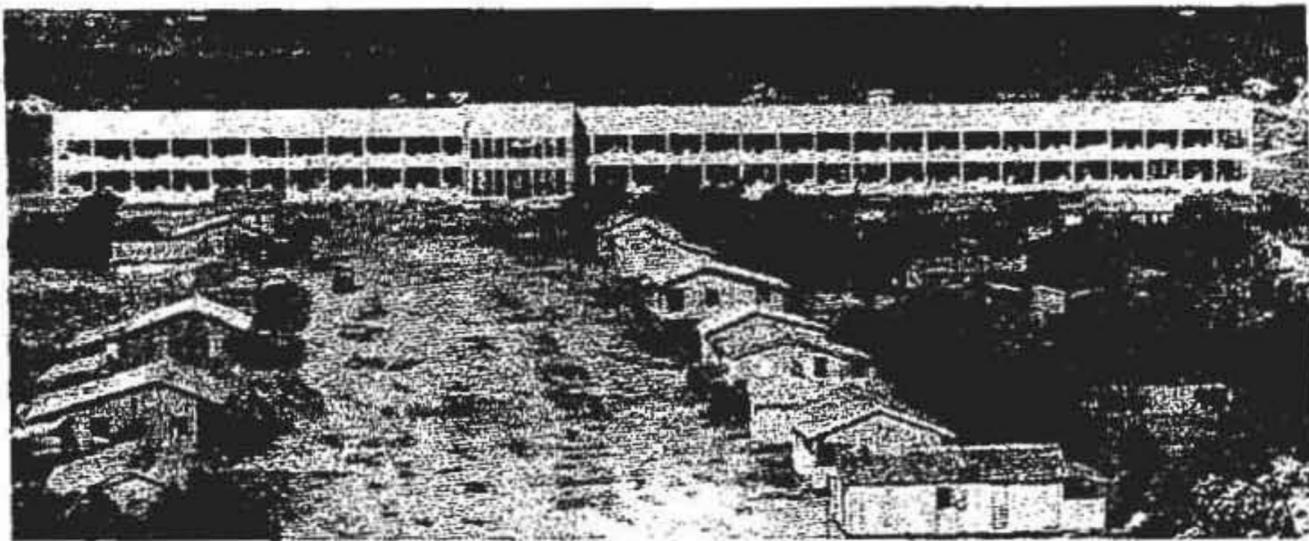
Para um trabalho mais seguro no sentido do desenvolvimento, Padre Alberto deu, entre outras, as seguintes sugestões: 1) face a uma considerável mortalidade de mães e crianças, proporcionar às pessoas interessadas, residentes no interior, as noções básicas de enfermagem e assistência ao parto; 2) contra o perigo constante das febres e tôdas as demais doenças, procurar aumentar a resistência física e moral das pessoas através de uma boa alimentação e bebidas saudáveis (capazes de substituir a cachaça); 3) modernizar os métodos empregados na lavoura — o que exige a presença de técnicos agrônomos para orientar os trabalhadores do campo.

Enfim, com vistas a um trabalho profundo de evangelização, Padre Alberto salientou a importância das *Escolas da Fé* que preparam as pessoas do interior no sentido de atua-

rem junto ao povo em suas respectivas aldeias. Dentro desta linha, a *Escola da Fé* de Grajaú, em 1968, já havia começado seus cursos.

## DESEJO DE ACERTAR

Sem dúvida, tudo isso é muito, quando se considera o esforço e a dedicação das pessoas empenhadas no trabalho. Mas muito pouco, quando se encara a amplitude dos problemas. Entretanto, as dificuldades encontradas não estão absolutamente desembocando no espírito de destruição. As críticas que os voluntários vêm fazendo não partem de uma atitude pessimista, mas constituem uma visão do que existe de concreto nas diversas regiões, tanto de problemas, quanto de recursos. Por outro lado, os esforços que eles vêm despendendo no sentido de levar as pessoas a uma vida mais humana prova sobejamente o desejo sincero de acertar e melhorar o nível humano do povo.



O Hospital São Luís e São Camilo, idealizado pelo Dr. Candia, é um esforço magnífico de dar àquelas populações um serviço a que elas têm direito.



São José de Grajaú: os leprosos.



O povo não está evangelizado, porque o Evangelho não é anestesia, mas salvação. E os portadores da mensagem sofrem e se perguntam o que fazer.



## UMA PRESENÇA NECESSÁRIA NO PRÓPRIO CORAÇÃO DO MUNDO

Na festa da Assunção da Virgem Maria, deste ano, a Sagrada Congregação dos Religiosos e dos Institutos Seculares publicou uma *instrução* sobre a necessidade e a atualidade da Vida Contemplativa na Igreja e no Mundo. Intitula-se o documento: *Venite seorsum*, inspirando-se no versículo 31 do capítulo 4 de São Marcos.

Consta de duas partes essenciais. A primeira é uma síntese doutrinária, tratando da natureza, das características e do testemunho da Vida Contemplativa, enfatizando sobretudo a clausura das monjas. A segunda parte considera detidamente o problema e estabelece normas, bastante severas, para a prática dessa "observância ascética", na qual a Sagrada Congregação enxerga um fator de pureza e de fervor para a vida claustral.

Não pretendemos comentar as medidas canônicas tomadas pela Santa Sé. Nessa notícia, queremos apenas salientar alguns pontos doutrinários do documento, de real interesse para a pesquisa da Teologia da Vida Religiosa.

Eis os mais acentuados:

1. O retirar-se do mundo para se dedicar na solidão a uma vida orante mais intensa nada mais é do que viver e exprimir, numa forma muito particular, o mistério pascal de Cristo, que é morte para a ressurreição, passagem, êxodo.

A morte de Cristo implica uma solidão que já vinha antecipada em sua vida terrena quando ele se retirava ao deserto para lutar e para rezar ao Pai.

Os cristãos que se retiram do mundo, querem unir-se do modo especial à Paixão do Senhor e participar da sua passagem deste mundo para o Pai num morrer pascal a si mesmo e ao res-

to. Foi desse desejo que nasceram os mosteiros; e esses situam-se no próprio âmago do Mistério Cristão.

2. Evidentemente o cristão é igualmente chamado a seguir Cristo na pregação do Evangelho da Salvação e a cooperar na edificação da cidade terrestre, qual fermento na massa, transformando-a na família de Deus. E' neste sentido que Cristo rezou: "Não peço que os tires do mundo" (cf. Jo 17,15).

3. O mistério da Igreja, contudo, não se esgota na diaconia do mundo. Ela é ao mesmo tempo e principalmente a sociedade dos redimidos, isto é, de todos os que pelo batismo e demais sacramentos já *passaram* com Cristo para o Pai. Daí a sua vocação contemplativa e o carisma de vida plenamente contemplativa com que são gratificados pelo Espírito alguns de seus membros. Buscando somente a Deus pelos caminhos da oração e da penitência, esses se tornam para seus co-irmãos testemunhas privilegiadas da vocação primeira de toda a Igreja.

4. Como recordou o Vaticano II, toda vida cristã autêntica tem uma dimensão contemplativa. Por isso é de absoluta necessidade a oração. O que varia são as maneiras concretas de viver essa dimensão.

5. A ascética do silêncio e do recolhimento facilita e assegura o encontro com Deus. Monges e monjas, pelo seu próprio gênero de vida, abraçam as exigências de tal ascese: querem libertar o próprio espírito de tudo o que pode dividi-lo; querem chegar à unidade interior e à plenitude de sua personalidade cristã. O segredo da Vida Contemplativa está no amor. Amor e contemplação se ajudam mutuamente.

6. A presença dos contemplativos ao mundo e à Igreja deve ser captada na perspectiva do amor salvífico e da unidade de todos em Cristo. Eles, os contemplativos, carregam no coração todas as ânsias e todos os sofrimentos de seus irmãos. Nêles, nos contemplativos, a humanidade atinge por assim dizer um clímax, pois são eles os permanentes da disponibilidade ao encontro com Deus. Longé de serem estranhos ao mundo, acham-se, por sua adesão à Páscoa de Cristo, no próprio coração do mundo, enraizados profundamente na humanidade que procura a Deus, talvez às apalpadelas.

7. Na vivência do carisma contemplativo, papel importantíssimo cabe às Religiosas enclausuradas. Sublinha o Documento que é próprio da mulher, muito mais acolher a Palavra, do que propriamente transmiti-la aos confins da terra, embora muitas sejam realmente chamadas à missão de arautos do Evangelho. E prossegue: "Cabe à mulher penetrar intimamente a Palavra de Deus e fazê-la frutificar de modo vivo, luminoso e pessoal. Tendo atingido a plena maturidade, a mulher tem consciência mais aguda das necessidades do próximo e da ajuda que esse espera: dessa forma exprime melhor a fidelidade da Igreja para com o Senhor e ao mesmo tempo tem um senso mais profundo da fecundidade da vida contemplativa". Eis a razão da estima que a Igreja sempre dedicou às virgens consagradas. Diz o documento que a própria lei canônica da clausura estaria a significar a solicitude e a predileção divinas para com elas.

8. Naturalmente, vem evocada a figura ímpar da Virgem Maria, "exemplo eminente de vida contemplativa". A ela, com todo

direito, são tradicionalmente aplicadas pela Liturgia, tanto oriental como ocidental, as palavras evangélicas: "Maria escolheu a melhor parte" (cf. Lc 10,38-42).

9. Também os contemplativos gozam de um certo ministério da Palavra, não com efeito da pregação, mas do testemunho vivo. Por sua maneira de ser, eles confirmam a fé dos irmãos, particularmente daqueles que são tentados a julgar impossível entrar em colóquio com o Deus inefável.

Quanto mais os contemplativos forem contemplativos, tanto mais

**Maria, mãe de Jesus e exemplo eminente da vida contemplativa.**



forte e convincente será o seu testemunho.

Eles sinalizam, não somente, a meta a ser atingida, como também o caminho que para lá conduz. Demonstram sobretudo que o espírito das bem-aventuranças pode ser realizado já nesta vida.

10. A eficácia desse testemunho para o mundo de hoje é o seu caráter coletivo e social. Ele provém de uma vida levada em comum por uma sociedade estável, cuja continuidade e vitalidade provam o valor dos princípios em que se fundamenta.

11. O engajamento na Vida Contemplativa claustral "não pode escudar-se num entusiasmo passageiro; deve ser fruto de uma tal maturidade, capaz de renunciar a certos bens sociais, muito apreciados, para poder escolher, com plena liberdade espiritual, uma forma de vida em que se adere exclusivamente a Deus".

12. A *instrução* não exclui a possibilidade de novas formas de vida contemplativa, surgidas ou a surgir na Igreja sob o impulso do Espírito.

## SANTA EFIGÊNIA: UM BIÊNIO DE ESFORÇOS

Os padres sacramentinos da Comunidade de Santa Efigênia, no centro da capital paulista, planejaram, para um biênio, suas atividades pastorais.

Apoiadas no Plano de Pastoral de Conjunto e motivados pelas resoluções de seu Capítulo Provincial, partiram para uma programação bastante séria que inclui, em sua área de trabalho, liturgia e obras eucarísticas, catequese, cursos bíblicos, ecumenismo, acolhimento e promoção humana.

Com relação à *pastoral litúrgico-eucarística* vale acentuar o objetivo assumido de "levar a comunidade... a uma participação mais plena e consciente do mistério de Cristo através da liturgia e dos sacramentos". Ao mesmo tempo, a *pastoral catequética*

tem como ponto a ser encarado de frente a "ruptura entre religião e vida", o cristianismo transformado em ritualismo vazio, "sem contacto vital com o mistério de Cristo", ou seja, desligado da vida concreta dos homens.

Referindo-se aos jovens, a Comunidade de Santa Efigênia manifestou a certeza de que eles se encontram, efetivamente, no momento mais adequado para se definirem diante do chamamento a uma realização pessoal através de Cristo e da inserção na História. Ainda com respeito aos jovens, a Comunidade mostrou-se interessada em lhes proporcionar, quando fôr o caso, a possibilidade de "uma presença adulta que os oriente e apoie no desenvolvimento de sua opção vocacional".

A *pastoral ecumênica* tem sua diretriz fundamental no fato seguinte: "O Pai manifestou seu amor para conosco enviando seu Filho ao mundo para regenerar e unificar a humanidade". A partir daí, os esforços assumirão dois sentidos:

- formar uma equipe de ação paroquial que se ocupe diretamente do diálogo ecumênico (*pastoral ecumênica*);

- desenvolver uma mentalidade ecumênica em tôdas as linhas da pastoral (*ecumenismo da pastoral*).

A *pastoral de acolhimento* está procurando concretizar a verdadeira atitude evangélica com relação a cada pessoa que se apresenta à comunidade: "hoje mais do que nunca é necessário compreensão e humanismo sobretudo para com as pessoas quase esmagadas pelo mecanismo desumano de uma grande cidade".

Enfim, a *pastoral de promoção humana*, preocupada com o homem concreto, tomou como fundamentação de seu esforço, entre outras, as palavras do Documento de Medellín: "A promoção humana será a linha de nossa ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal e ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo".

O objetivo explícito de criar e sustentar o espírito de equipe

e ação pastoral conjunta traduz o realismo com que se propõem a "encaminhar a ação pastoral para um processo de renovação construtiva da vida cristã do povo e das estruturas pastorais".

O trabalho de planejamento aproveita e utiliza bastante o esforço de renovação realizado durante o último Capítulo da Província, cujos resultados foram publicados em *Convergência* (N. 17, 1969). Por outro lado, tratando-se de um planejamento imediato para uma paróquia, é possível adotar medidas bem mais concretas.

Todos os elementos disponíveis para o trabalho — padres, irmãs, leigos — foram distribuídos em equipes responsáveis pelos setores pastorais e coordenados por uma equipe geral. Estas equipes integradas trabalham dentro de um calendário geral de atividades diárias, semanais, mensais e semestrais já planejadas para 1969-1970.

Em todas as equipes, algumas diretrizes fundamentais orientam o trabalho:

■ trabalho em comum, evitando-se a possível perda dos esforços despendidos isoladamente;

■ serviço eclesial às igrejas locais, uma vez que é nelas e a partir delas que se realiza a Igreja universal;

■ união em torno das grandes linhas da pastoral e das necessidades prioritárias estabelecidas pelo bispo com a colaboração do presbitério.

Planejamento realmente válido, pela boa técnica, pelo cuidado com a adequada distribuição de encargos, o sentido de co-responsabilidade e, principalmente, pela consciência de ser um primeiro passo, a ser testado na ação concreta e com obrigatoriedade de revisão e possível reformulação; esgotado o prazo previsto.

## REUNIÃO DE CANTORBERY

Em Cantorbery, na Inglaterra, realizou-se, este ano, a primeira Reunião do Comitê Central do Conselho Ecumênico das Igrejas, eleito no ano passado no Congresso de Upsala. Nêle figuravam alguns teólogos protestantes de valor, como Lucas Vischer, Roger Mehl, bem como membros ortodoxos do CEI e alguns observadores católicos. A Diretoria do Comitê demonstrou independência e decisão na direção dos debates que, por vêzes, foram acalorados. Roger Mehl, perspicaz observador, nos fornece um inteligente resumo do que aí se passou (cf. *Le Monde*, 8 de setembro).

As Igrejas ortodoxas admitidas há pouco tempo no seio do CEI,

mostraram-se as mais conservadoras. Reagiram, com certa veemência, às colocações avançadas do Pastor Lucas Vischer, Presidente da Comissão Fé e Constituição, que aliás falava em nome pessoal. Vischer empreendeu uma análise prospectiva a respeito do CEI. Afirmou que as Igrejas devem submeter-se a transformações radicais, a fim de se tornarem realmente a verdadeira comunidade eucarística que todos desejam, e proporcionar ao Conselho a capacidade real de se exprimir em nome das Igrejas que congrega. No plano da fé cristã, a imutabilidade não é o único critério da verdade. O evento sobre o qual repousa a fé cristã é a Encarnação de Cristo, sendo esta não somente um fato histórico, mas um evento escatológico, que deve levar as Igrejas a se projetarem para o futuro e a andar para frente em busca de sua plenitude. Por isso as formulações doutrinárias e as estruturas institucionais nunca representam formas definitivas, fechando para sempre a marcha das Igrejas. *O que é imutável é o próprio evento.*

Protestaram contra esta colocação sobretudo os ortodoxos que residem em países comunistas ou socialistas. A própria situação em que se acham os obrigam a tomar posições mais rígidas e de caráter integrista. Embora o jovem clero desses países seja mais liberal, o grande bloco dos prelados ortodoxos, constituído principalmente de velhos, está extremamente apegado não só a idéias, mas sobretudo a práticas religiosas e a expressões sociológicas e mesmo folclóricas de suas Igrejas. Dentro de um regime autocéfalo, elas incluem formas variadas, mas com padrões bem caracterizados.

Pelo contrário, as igrejas ortodoxas, que vivem no mundo ocidental, mostraram-se muito mais maleáveis e dispostas a examinar com simpatia os argumentos do Dr. Vischer. O integrismo das outras igrejas, acima mencionadas, procede não só do apêgo ao passado, como também do estado pouco evoluído da cultura teológica nesses países e das oposições da política materialista que têm

de enfrentar. Entretanto, mesmo este desacôrdo permaneceu parcial. As Igrejas ortodoxas, que se acham atrás da cortina de ferro, estão intimamente convencidas de que apenas um acôrdo completo sobre as questões de doutrina e de estrutura eclesial poderá levar, mais cedo ou mais tarde, à intercomunicação. A Igreja ortodoxa em geral está disposta a estudar seriamente os pontos de aproximação capazes de levar à união completa.

Foi também debatida, embora sem insistência, a questão da entrada ou da *participação integral da Igreja Católica* no Conselho Ecumênico das Igrejas, questão recentemente levantada de maneira aguda, por ocasião da visita do Papa a esse Conselho em Genebra e das declarações aí feitas por êle. Acharam de bom alvitre deixar à Comissão mista (Vaticano-Conselho Ecumênico) o exame prudente e acurado deste problema. O Secretário Geral do CEI deu uma interpretação positiva das palavras de Paulo VI em Genebra. Todo o trabalho, para chegar a uma conciliação dos esforços feitos com sinceridade por ambas as partes, será no sentido de evitar que se estabeleçam dois ecumenismos paralelos.

O CEI acolheu, por decisão dos membros do Conselho, duas Igrejas novas, que vêm se acrescentar às 185 já agregadas ao Conselho. São elas a *Igreja Pentecostal do Brasil* e a *Igreja Quibangista do Congo*. A primeira declara possuir 7.500.000 adeptos e a segunda 3.000.000. Ambas, por seu caráter carismático e pouco estruturado, vêm trazer novos problemas para os debates do CEI.

Finalmente, abordou-se o problema da revisão que necessariamente deve ser empreendida pelo próprio CEI, após vinte anos de existência, a respeito de suas estruturas, de seus regulamentos e de seus métodos de trabalho. Cantorbery inicia a colocação desses problemas. O trabalho será longo e não deverá ser precipitado. A questão da ajuda aos povos subdesenvolvidos, já recomendada em Upsala, ocupou também um lugar importante nos estudos e nas conclusões de Cantorbery.

## A MORAL EM TEILHARD DE CHARDIN

Autor: Denis Mermod.

Editôra: VOZES, Petrópolis, 1969.

Como qualquer profeta, Teilhard é um suscitador de contestação. Mas seus contraditores não podem silenciar sua voz. Porque ela tem a força da verdade e do progresso: espalha-se na medida em que é contestada. Ao repensar o homem, ele repensa a moral. Porque esta deve situar-se no devir do fenômeno: totalidade da criação em evolução. E o devir humano é, essencialmente, de natureza ética. A reflexão torna o homem capaz de assumir a Evolução. De processo material, a Evolução se tornou processo orgânico, biológico, espiritual. Mas, com e pelo homem, tornou-se moral.

A moral, na concepção de Teilhard, possibilita a reconciliação da transcendência do além com a imanência evolutiva que deve conduzir a humanidade para uma superação de seu estado presente. Ela é, sobretudo, uma mística, profundamente crística. Nada tem de casuismo, de *equilibrismo* ou juridismo. O sentido do mundo é o homem. E Deus é o sentido do homem. Com o homem, aparece a moral. O homem é um ser ético no cosmo. Dêste ser ético, Cristo revelou a transcendência; e a ciência revela que tem futuro evolutivo.

A moral teilhardiana, tal como nô-la apresenta Denis Mermod, está em perfeita sintonia com as preocupações do homem contemporâneo. Sobrepujando todo moralismo individualista, todo formalismo e juridismo hipócritas, ela se apresenta como uma moral da dignidade da pessoa e de sua liberdade. Como uma moral dinâmica, do crescimento e do progresso, e não como uma moral da alienação religiosa ou da manutenção de uma ordem social superada. A mística de Teilhard une e assume, mais do que separa e recusa. É uma moral para um mundo em situação de cosmogênese. Tem amplos horizontes: o da criação toda, o da salvação toda. É uma moral do Amor. E sendo este amor o próprio amor de Deus em nós, é moral da caridade: a obediência situa-se dentro da caridade, e não a caridade dentro da obediência.

A moral teilhardiana é otimista e libertadora. Libertando-se de todo pessimismo ou jansenismo, não cai numa ingenuidade idealista. É a esperança de superar o trágico do homem e clarear os caminhos tenebrosos de nossa terra, que leva Teilhard a acentuar os aspectos positivos da evolução. É um ato de fé que o leva a



## ESTANTE DE LIVROS

considerar o mal como a realidade afogada na vitória de Cristo. Sua moral conhece o sofrimento e o mal do pecado, que provêm do risco da liberdade humana. Mas é, sobretudo, uma moral da unificação em Deus pela encarnação do Verbo. O cristianismo é a unificação do Mundo em Deus pela Encarnação. Está aí o âmago da ética teilhardiana. Sob um pessimismo, um individualismo ou um juridismo superficiais e mutiladores, Cristo não pode ser adorado como o Deus do Progresso e da Evolução.

Temos, assim, uma moral aberta sobre o universo, que traduz "uma consciência e um amor crescente do universal". O espiritualista considera o Espírito *meta-fenômeno*. O materialista o considera *epi-fenômeno*. Para Teilhard, a história do Espírito criado é o próprio fenômeno. A moral não é mais colocada num compartimento hermético. Ela surge com o homem da evolução cósmica e biológica. O mundo se constrói pelas forças morais e pelas energias espirituais. "A moral tem a função de construir o Mundo". Assim, estamos longe de uma moral puramente defensiva, proibitiva ou protetora dos "direitos" individuais e coletivos, preocupada na mais simples manutenção de uma determinada fase da evolução, às custas de seu progresso.

Eis as grandes linhas da moral natural de Teilhard de Chardin, apresentadas com profundidade por nosso autor. Este, contudo, nos adverte: esta moral natural não deve se impor a nós de maneira irrefutável, mas deve ser discutida tanto nos seus fundamentos quanto na sua forma. É uma simples introdução à problemática da moral cristã, objeto de estudo posterior.

Hilton Japiassú

## O LUGAR DA FILOSOFIA NA UNIVERSIDADE

Autor: D. H. Salman.

Editôra: VOZES, Petrópolis.

Ouvi, faz pouco tempo, em uma reunião de professores universitários, a seguinte distinção: "Há livros para os quais o escritor precisa conhecer um pouco mais, e há também livros banais (sic) de literatura". Não há dúvida de que entre os primeiros estavam os trabalhos de ciências positivas, e entre os outros incluíam-se as publicações filosóficas. Em si, o fato não tem importância. Entretanto, ao que tudo indica, é a amostra lamentavelmente representativa daquilo que se pensa sobre *filosofia* em amplas camadas de nosso mundo científico e universitário. Existe mesmo quem chegue a considerar *filosofia* e *universidade* como duas realidades incompatíveis.

Filosofia, para muitos, nada mais indica que um mundo de fantasia e sonho. Filosofia pertence ao universo da literatura, frequentemente considerada como um reduto de diversões agradáveis para quem pode perder tempo e fugir das coisas sérias de nosso mundo.

Universidade, por sua vez, é definida como instituição superior de formação profissional intimamente ligada à economia (o que deve ser, com certeza) e *útil* (neste sentido).

Para todos aqueles que assim limitam suas idéias, o próprio título do opúsculo do Dr. Salman deve soar de um modo meio curioso... (haverá algum lugar para a filosofia na universidade?)

Pois bem, é para pôr um pouco de ordem no emaranhado de idéias precipitadamente formadas e interpretadas que o Autor reuniu na presente obra o material necessário. De um lado, ele procura chamar a atenção dos incrédulos ou auto-suficientes propagandistas de *especialidades* para o fato de que a filosofia é ainda hoje uma ciência praticada com seriedade e rigor científico. De outro lado, lembra ele que a reflexão sobre as atividades científicas constitui uma exigência não só para a universidade continuar a ser um instrumento útil dentro da sociedade humana, mas também para as próprias especialidades não serem arrastadas sem rumo ou controle, ao sabor de seus impulsos cegos internos. É bem verdade que muitas idéias do Autor retomam, até certo ponto, as linhas mestras de *An Idea of a University*, de Newman. Contudo, parece que apesar do progresso feito, muitas delas continuam válidas.

Entre as inúmeras obras sobre universidade, é agradável encontrar uma que, embora não forneça soluções definitivas, pelo menos prepara as bases para pensamentos claros e capazes de ajudar na difícil e urgente tarefa de repensar a estrutura da universidade na linha do desenvolvimento integral.

Carlos van den Bergen

## EM BUSCA DA CHAVE PARA A INTERPRETAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA

As Comunidades Religiosas, a braços com o ingente trabalho de renovação que estão empreendendo, mais do que nunca necessitam encontrar o foco luminoso que lhes indicará sem rebuços o que é essencial e específico no fenômeno da Vida Religiosa.

Dai a urgência e as tentativas de uma Teologia da Vida Religiosa profunda, esclarecedora, exigente e traduzível em termos operacionais. A tarefa essencial da reflexão teológica não é, porventura, busca contínua de maior compreensão do Mistério de Cristo a partir de situações históricas e existenciais do homem contemporâneo?!

Dentre as variadas contribuições literárias para essa pesquisa de Igreja, destacamos com prazer o opúsculo recentemente editado pela CLAR, sob o título: *La Vida Religiosa, aspectos doctrinales* (Bogotá, 1969). São três ensaios de grande valor. Nas linhas seguintes desejaríamos oferecer aos leitores um bosquejo do segundo desses artigos, escrito pelo P. Ronaldo Muñoz, S.S. CC., e que nos parece particularmente enriquecedor.

Começa o Autor mostrando ser a Vida Religiosa, acima de tudo, uma realidade de fé, portanto compreensível apenas dentro de uma visão teológica da Igreja, de cujo Mistério ela é uma das expressões mais significativas. A descoberta desse ponto de partida obriga-nos a rever cuidadosamente toda a *teologia e espiritualidade* da Vida Religiosa, a que estávamos acostumados e que se baseava na dialética da *oposição ao mundo*.

Esse conceito de *oposição ao mundo* é por demais ambíguo. Historicamente partiu da luta contra a mediocridade e o pecado instalados no coração de cada pessoa. Pouco a pouco foi se projetando nos demais homens, acarretando infelizmente uma atitude coletiva dos religiosos com muito farisaísmo ou, quando menos, ocultando sob as aparências de uma

vida segregada e hierática o caráter essencialmente encarnado do ideal cristão da santidade.

Insatisfatórias também se revelam as duas explicações mais comuns de Vida Religiosa. Se não, vejamos.

A primeira já está sendo superada. Resumia-se na famosa teoria do *estado de perfeição*. Dentro desse esquema, os religiosos, pelo fato de sua profissão, estariam constituídos num estado sagrado, longe do profano e do mundo, isto é, em oposição aos demais homens não-religiosos. Durante muito tempo vigorou essa maneira de se considerar o fenômeno da Vida Religiosa, o que se manifestava sobretudo por um certo estilo de *vida litúrgica* de sabor antes vétero-testamentário ou mesmo pagão. Tudo se reduzia, mais ou menos, a muitos momentos de oração vocal e em comum, com fórmulas intocáveis, regulamentação minuciosa, etc. Por outro lado, os religiosos se notabilizavam, por grande falta de relacionamento humano com as *peças do mundo*.

O mais grave de tudo isso era a imagem de Vida Religiosa que se projetava no mundo. Ficou sendo tida como o estado de perfeição. Os religiosos formavam a elite do Povo de Deus, eram os profissionais e os proprietários quase exclusivos da santidade, relegando, se bem que involuntária e inconscientemente, os outros cristãos para uma segunda categoria de filhos de Deus. Os não-religiosos viam-se como pessoas sem as luzes ou a generosidade necessárias para se entregarem plenamente a Deus e à Igreja.

Considerar a Vida Religiosa como o estado de perfeição evangélica é mostrar o ideal cristão como a experiência de se escolher a Deus negando-se o humano.

Uma segunda conceituação de Vida Religiosa consiste em caracterizá-la como "consagração batismal mais plerfa", "dom total", etc. Essa colocação poderá ser muito válida num sentido positivo e dinâmico. Não, porém, em sentido comparativo e estático. Se é verdade que a Vida Religiosa traz consigo experiências muito sérias de vida consagrada e de serviço apostólico não é isto que a distingue essencialmente da vida cristã dos leigos e presbíteros não-religiosos.

A Revelação nos ensina que somos todos consagrados a Deus pelo Batismo que nos fez participar na morte e ressurreição de Cristo comunicando-nos o Espírito de Santidade dos Filhos de Deus. Todos os cristãos tendemos à perfeição da caridade no dinamismo da fé e da esperança teologais. Em outros termos, a vocação comum a todos os fiéis é a vida

plenamente consagrada ao Senhor. O matrimônio ou a livre disposição dos bens e da própria pessoa não são, de modo algum, óbices à totalidade dessa *consagração*, quando assumidos no espírito dos conselhos evangélicos de desprendimento e de serviço.

E o ministério apostólico fundamental na Igreja (sua própria missão!) é o serviço do mundo. Nisto todos estão empenhados, ainda por força do Batismo, cada qual conforme sua função e seu carisma.

Concluindo, o específico da Vida Religiosa não se deve buscar no plano ontológico da consagração (todos somos consagrados), nem no plano funcional do apóstolado (todos somos ministros, cada um na sua ordem), e muito menos no plano jurídico de filiação a determinada instituição da Igreja. O específico da Vida Religiosa situa-se, incontestavelmente, no plano existencial de uma forma concreta de vida evangélica.

Religioso não é aquele que faz votos, que se dedica a um serviço aos irmãos, ou que pertence a uma família religiosa reconhecida pela Igreja.

Religioso é aquele que vive efetiva e estávelmente aquela forma especial de vida evangélica, caracterizada pelo seguimento de Jesus numa comunidade reveladora da fraternidade do Reino e da comunhão de amor dos filhos de Deus.

Impulsionados pelos carismas do Espírito Santo, os religiosos procuram então realizar, para o mundo contemporâneo e inseridos nele, encarnações tangíveis da vida dos discípulos e testemunhas de Cristo.

Fidelidade ao Evangelho e transparência aos homens, eis os dois requisitos essenciais para que a Vida Religiosa seja o sacramento próximo e apreciado da comunidade escatológica, isto é, o sinal sensível e eficaz da santidade da Igreja.

Se a Vida Religiosa fôr realmente levada nesse nível de profundidade, não só tornar-se-á inteligível aos nossos contemporâneos, mas construirá de per si o *serviço* que a Igreja e o Mundo de hoje necessitam e querem receber dela.

Irmão Aleixo Maria Autran

## ALGUMAS OBRAS DE THOMAS MERTON

A Editôra VOZES acaba de publicar um excelente opúsculo de Thomas Merton, datado de 1965, mas que é uma verdadeira síntese de suas últimas pesquisas e reflexões sobre a sabedoria oriental: "A via (caminho) de

"*Chuang Tzu*", filósofo chinês do séc. III A.C. e o maior representante do taoísmo. Merton operou uma fusão de seu pensamento com o de Chuang Tzu. Não se trata de uma tradução de textos antigos, mas de uma transposição e recriação, em linguagem contemporânea, dos escritos cheios de ironia e paradoxo do mais arguto dos filósofos chineses. Por sua vez, a Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais publicou uma primorosa tradução de alguns poemas de Th. Merton feitos pela escritora Carmen de Melo, sob o título *Vinho do Silêncio*. Encontramos aí páginas de alta qualidade literária e fruto, longamente amadurecido, das meditações desse extraordinário monge, um dos que melhor souberam exprimir as tensões do mundo moderno e comunicar à nossa geração a mensagem completa de que ela necessita.

Precisamos de mestres como esse, que saibam elevar-se acima dos problemas secundários, senão mesquinhos, com que se preocupa uma certa literatura eclesiástica, que não alcança o nível das grandes questões universais ou verdadeiramente vitais. Esperemos que sejam traduzidas também brevemente para nossa língua a famosa *Carta Asiática* e o texto integral da conferência de Bangkok, *Marxismo e perspectivas monásticas* (Rythmes du Monde, nn. 1-2, 1969).

## LIVROS RECEBIDOS

*Como selecionar e como treinar na ação pastoral os futuros presbíteros?* por Mário Goular. — Editôra AGIR, Rio 1969, 142 pp.

*Humanae vitae e liberdade de consciência*, por Paul-Eugène Charbonneau. — Editôra Herder, São Paulo 1969, 178 pp.

*Veracidade — o futuro da Igreja*, por Hans Küng. Tradução do Padre José Maria Wisniewski Filho. — Editôra Herder, São Paulo 1969.

*100 problemas de fé*, por P. C. Launducci, 3 vols. Tradução de José J. Queiroz. — Edições Paulinas, São Paulo 1969.

*O sacerdote conforme o Vaticano II*, por Miguel Nicolau. Tradução de Tarcísio do Nascimento Teixeira. — Edições Paulinas, São Paulo 1969, 183 pp.

*nosso saltério*, pelo Cônego Haurer. Tradução de Jacy Lopes de Leão. — Edições Paulinas, São Paulo 1969, 162 pp.

*Uma má companhia*, por Vladimir Korolenko. Tradução de Georges Ignácio Maissiat. — Edições Paulinas, São Paulo 1969, 126 pp.

*Teilhard, sim ou não?* por Emílio Rideau. Tradução de José J.

Queiroz. — Edições Paulinas, São Paulo 1969, 258 pp.

*A felicidade é simples*, por Pierre L'Ermite. Tradução de Lucas Caravina. — Edições Paulinas, São Paulo 1969, 261 pp.

*Discípulos do Senhor*, por Anselmo Schultz. Tradução de Georges Ignácio Maissiat. — Edições Paulinas, São Paulo 1969, 125 pp.

*Deus e o homem*, por Edward Schillebeeckx. Tradução de Gerardo Dantas Barretto. — Edições Paulinas, São Paulo 1969, 341 pp.

*Justiça*, por Ion Lucas Caragiale. Tradução de Georges Ignácio Maissiat. — Edições Paulinas, São Paulo 1969, 173 pp.

*Lutero e Luteranismo hoje*, por E. Iserloh e Harding Meyer. O artigo de E. Iserloh foi publicado em Concilium, n. 4, abril de 1966. O trabalho de H. Meyer foi traduzido ao português por Bréno Schumann. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 111 pp.

*A palavra num tempo de incertezas*, por Francisco de Araújo. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 135 pp.

*Pessoa — Eficiência e Desenvolvimento*, por Mário C. Reis — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 175 pp.

*Violência ou não?* por Alceu Amoroso Lima. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 251 pp.

*Paulo VI e a Paz*, por Gladys Henriques de Lima — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 423 pp.

*Amazônia: nova dimensão do Brasil*, por Amália Martelli. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 151 pp.

*A esperança que está em nós*, pelo Secretariado para os não-cristãos. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 86 pp.

*A via de Chuang Tzu*, por Thomas Merton. Tradução de Paulo Alceu Amoroso Lima. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 201 pp.

*A religião de Israel*, por H. Rencens, S.J. Tradução de Frei Godeberto Grijins, O.F.M. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 291 pp.

*O evangelho de justiça*, por Paul Gauthier. Tradução de Luís Leal Ferreira. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 246 pp.

*O sentido personalista do matrimônio*, por D. Beni dos Santos. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 78 pp.

*Oratório e Vitral de São Cristóvão*, por Dom Marcos Barbosa. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 69 pp.

*O Matrimônio*, por E. Schillebeeckx. Tradução de Frei Alcício A. Brooring. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 319 pp.

*Viver a palavra de Deus*, por Francisco de Araújo. — Edi-

tôra Vozes, Petrópolis 1969, 94 pp.

*Música brasileira na liturgia*, por vários autores. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 150 pp.

*O lugar da filosofia na universidade*, por D. H. Salman. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 63 pp.

*A moral em Teilhard de Chardin*, por Denis Mermod. Tradução de Hilton Ferreira Japiassú. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 167 pp.

*Evangelização ou Liturgia*, por Everaldo Peixoto Vasconcelos. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 77 pp.

*Perscrutando as Escrituras*, círculos bíblicos por Frei Martinho Penido Burnier. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 174 pp.

*O Senhor e a história*, por Monsenhor Dr. Roberto Mascarenhas Roxo. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 239 pp.

*Assim na terra como no céu*, drama em cinco atos, por Fritz Hoschwälder. Tradução de Evaristo P. Arns. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 100 pp.

*Problemas de Linguística descritiva*, por Joaquim Mattoso Câmara Jr. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 71 pp.

*Filhos da luz*, preparação dos pais ao batismo de seus filhos, por Ana Agostinho Roy. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 32 pp.

*Nôvo Testamento — II Tessalonicenses*, comentário feito por Hans Andreas Egenolf. Tradução de José e Irene Kloh. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 103 pp.

*A agricultura subdesenvolvida*, por vários autores. — Editôra Vozes, Petrópolis 1969, 275 pp.

*A temps et à contretemps*, por vários autores. — Editions du Cerf 1969, 84 pp.

*La flamme qui dévore le berger*, por Paul Xardel. — Editions du Cerf 1969, 422 pp.

*Chrétienté en contestation L'Amérique Latine*, por Michel Schooyans. — Editions du Cerf 1969, 327 pp.

### PARA VOCÊ UMA ASSINATURA GRATIS DE CONVERGÊNCIA

Basta você enviar-nos a relação com os nomes e os endereços de cinco (5) novos assinantes. E junto a esta relação, mande-nos também seu próprio nome e endereço. A assinatura anual de CONVERGÊNCIA custa NCr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos). Leia a carta que está seguindo junto a este exemplar de CONVERGÊNCIA.